



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
Departamento de Ciências Exatas e da Terra I
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET

MATHEUS DA SILVA RIBEIRO

**O PAPEL DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS
NA DINAMIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL
DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA**

**Salvador
2021**



PROET

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS TERRITORIAIS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Departamento de Ciências Exatas e da Terra I
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET

MATHEUS DA SILVA RIBEIRO

O PAPEL DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS NA DINAMIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Linha de Pesquisa II – Processos Territoriais e Dinâmica Urbano-Regional, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET), do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Estudos Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Janio Roque Barros de Castro

Salvador
2021

FICHA CATALÓGRAFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

da Silva Ribeiro, Matheus

O PAPEL DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS NA DINAMIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA / Matheus da Silva Ribeiro. - Salvador, 2021.

100 fls : il.

Orientador(a): Janio Roque Barros de Castro.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - PROET, Campus I. 2021.

1.Espaço Urbano. 2.Setor Terciário. 3.Centralidade. 4. Recôncavo Baiano.

CDD: 907



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
Departamento de Ciências Exatas e da Terra I
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET

FOLHA DE APROVAÇÃO

MATHEUS DA SILVA RIBEIRO

O PAPEL DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS NA DINAMIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, da Universidade do Estado da Bahia, Campus I, Salvador, em 05 de outubro de 2021, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Territoriais, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Janio Roque Barros, de Castro - Orientador
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Gilmar Alves Trindade
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Doutor em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
Doutor em Geografia, Universidade Estadual Paulista - UNESP

As relações entre comércio e cidade perdem-se no tempo. Se nem todas as cidades são “filhas do comércio”, como propôs o historiador Henri Pirenne, em nenhuma civilização a vida urbana floresceu sem a presença das trocas. O comércio faz parte da razão de ser da cidade.

Salgueiro e Cachinho, 2009

AGRADECIMENTOS

Finalizar esta dissertação não foi uma tarefa fácil, mas, todas as vezes que me sentia desanimado, lembrava que sonhos não se realizam com facilidade e que era necessário resistir e enfrentar as dificuldades. Diante dos problemas e desafios, a fé, os amigos e a família foram âncoras que me encorajam a prosseguir.

Por isso, expresso minha gratidão aos meus pais – Reinan e Simone – que muitas vezes não compreendiam a minha necessidade de passar a noite estudando, mesmo após ter trabalhado durante o dia. À minha irmã, Ludimilla, pelos convites para distrair um pouco assistindo “*Netflix*”.

Gratidão às minhas avós, Dona Naná e Dona Zete, pelas orações e incentivo. Às minhas tias, por serem sempre solícitas e oferecerem ajuda quando necessário. Ao meu tio Ricardo, por ter me recebido em sua residência em Salvador para que eu frequentasse as aulas do Programa em Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET).

Gratidão ao meu orientador, Janio Roque, que esteve sempre disposto a orientar, por todos os “milhões” de áudios chamando atenção e cobrando o cumprimento das atividades.

Agradeço aos professores do PROET, em especial, Agripino Coelho Neto, por suas contribuições, desde a seleção e nas discussões durante as aulas do mestrado. A professora Cleonice Moreira, que teve papel importante a partir da minha graduação e me incentivou a não ser apenas professor, mas a me envolver com pesquisa e ingressar na pós-graduação.

Agradeço aos mestres Gilmar Trindade e Janio Santos, pelas importantes contribuições durante a qualificação, que me direcionaram a um melhor delineamento da pesquisa e escrita da dissertação.

Agradeço aos que diretamente contribuíram com o estudo: o gestor do *Shopping Itaguari*, Rafael Moura; a Secretária de Infraestrutura de Santo Antônio de Jesus,

Sônia Fontes; e a Gilhermo Etkin (SEI), pela disponibilização e sistematização de dados que possibilitaram a elaboração de mapas, gráficos e tabelas.

Sou grato aos amigos e colegas da turma de 2019 do PROET. Foi enriquecedor estudar com vocês. Agradeço, em especial, a Cleidinaí, Elton, Jadson e Mário, pois faziam os momentos de tensão serem mais leves. Externo minha gratidão, também, à pessoa de Edmilson, por toda gentileza e atenção na resolução de problemas e pendências junto à secretaria do programa.

Por fim, não poderia deixar de demonstrar minha gratidão a Deus, sem Ele eu não teria chegado até aqui.

RESUMO

O setor terciário é extremamente importante no contexto socioeconômico de uma cidade, independentemente de sua posição/classificação hierárquica. O que difere as cidades é o porte e a função desempenhada por cada um em sua rede urbana, por isso, as atividades econômicas se organizam conforme a função e, em simultâneo, atuam como agentes responsáveis pela dinamização urbana e regional. Na presente dissertação, procurou-se analisar como o setor terciário influencia na organização e dinamização espacial da cidade de Santo Antônio de Jesus, localizada no Território de Identidade do Recôncavo Baiano. Para atingir o objetivo proposto, foi necessário o entendimento do papel exercido pela cidade em sua rede urbana imediata, considerando sua capacidade de polarizar e atrair múltiplos fluxos que, conseqüentemente, impactam a morfologia urbana. Com abordagem metodológica qualitativa, os procedimentos desenvolvidos no trabalho contemplam leitura teórico-conceitual; verificação de dados secundários de indicadores econômicos e sociais, disponibilizados em plataformas de institutos privados e governamentais; pesquisa de campo, com registros fotográficos e coleta dados para nortear a elaboração de mapas temáticos, posteriormente desenvolvidos por meio do *software* de geoprocessamento *Qgis* – versão 3.16.2; e, por fim, entrevistas semiestruturadas, realizadas on-line, por conta da pandemia da COVID-19. No quadro das dimensões teóricas, a dissertação foi fundamentada com base em leitura e interpretação de autores como: Corrêa (1995), Cleps (2005), Santos (1997), Singer (2017), Sposito (2001), Souza (2013), Pintaudi (1992) e Villaça (2001). A escolha da temática se deu pela necessidade de novas análises que expusessem perspectivas sobre a estrutura intraurbana de Santo Antônio de Jesus. Classificada pela Região de Influência das Cidades (REGIC) como um centro sub-regional A, com população estimada em 103.000 habitantes (IBGE, 2021) e que tem como base econômica a atividade terciária, principal motivadora de deslocamentos. Com as análises desenvolvidas no trabalho, entende-se que Santo Antônio de Jesus apresenta uma centralidade regional consolidada, no entanto, ainda não pode ser considerada cidade média, em razão do grau de dependência dos centros hierárquicos superiores, como Feira de Santana e Salvador. Além disso, em sua dinâmica intraurbana, visualiza-se um processo de expansão do centro de consumo tradicional, porém, sem a formação de centralidades secundárias mais expressivas.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Setor Terciário; Centralidade Urbano-regional; Recôncavo Baiano.

RESUMEN

El sector terciario es importante en el contexto socioeconómico de una ciudad, independientemente de su posición/clasificación jerárquica. Lo que diferencia a las ciudades es el tamaño y la función que desempeña cada una en su red urbana, por lo que las actividades económicas se organizan de acuerdo con la función y, simultáneamente, actúan como agentes responsables de la dinamización urbana y regional. En esta tesis, buscamos analizar cómo el sector terciario influye en la organización espacial y dinámica de la ciudad de Santo Antônio de Jesús, ubicada en el Territorio identitario del Recôncavo Baiano. Para lograr el objetivo propuesto, fue necesario comprender el papel que desempeña la ciudad en su red urbana inmediata, considerando su capacidad para polarizar y atraer múltiples flujos que, en consecuencia, impactan la morfología urbana. Con un enfoque metodológico cualitativo, los procedimientos desarrollados en el trabajo incluyen la lectura teórico-conceptual; verificación de datos secundarios de indicadores económicos y sociales, disponibles en plataformas de institutos privados y gubernamentales; investigación de campo, con registros fotográficos y recolección de datos para guiar la elaboración de mapas temáticos, posteriormente desarrollados a través del software de geoprocésamiento Qgis - versión 3. 16. 2; y, por último, entrevistas semiestructuradas realizadas en línea, a causa de la pandemia de COVID-19. En el contexto de las dimensiones teóricas, la disertación se basó en la lectura e interpretación de autores como: Corrêa (1995), Cleps (2005), Santos (1997), Singer (2017), Sposito (2001), Souza (2013), Pintaudi (1992) y Villaça (2001). La elección del tema se debió a la necesidad de nuevos análisis que expusieran perspectivas sobre la estructura intraurbana del Santo Antônio de Jesús. Clasificado por la Región de Influencia de las Ciudades (REGIC) como centro subregional A, con una población estimada de 103.000 habitantes (IBGE, 2021) y que tiene como base económica la actividad terciaria, principal motivadora de desplazamientos. Con los análisis desarrollados en el trabajo, se entiende que Santo Antônio de Jesús presenta una centralidad regional consolidada, sin embargo, todavía no puede considerarse una ciudad promedio, debido al grado de dependencia de los centros jerárquicos superiores, como Feira de Santana y Salvador. Además, en su dinámica intraurbana, se visualiza un proceso de expansión del centro de consumo tradicional, sin embargo, sin la formación de centralidades secundarias más expresivas.

Palabras llave: Espacio Urbano; Sector terciario; Centralidad urbano-regional; Reconcavo Baiano.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	
LISTA DE QUADRO E TABELA.....	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	
1 - INTRODUÇÃO.....	15
2 ESPAÇO E CIDADE: OLHARES SOBRE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	21
2.1 Organização do Espaço Urbano	21
2.2 Rediscutindo o conceito e o sentido das Cidades Médias	27
2.3 Antecedentes históricos e os “caminhos” para estruturação de Santo Antônio de Jesus.....	33
3. A DINÂMICA URBANA E REGIONAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS.....	39
3.1 Centro, centralidade e a dinâmica do espaço terciário	41
3.2 Setor terciário e seus desdobramentos em Santo Antônio de Jesus	45
3.3 O Uso do solo urbano no centro de Santo Antônio de Jesus.....	55
4. EXPANSÃO DO CENTRO E AS NOVAS ÁREAS CENTRAIS EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS	69
4.1 O <i>Shopping</i> Itaguari	74
4.2 As vias especializadas e as novas “áreas” do terciário	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estabelecimentos do ramo de Serviços, 1960	35
Figura 2: Mapa de Localização de Santo Antônio de Jesus: Território de Identidade Recôncavo	40
Figura 3: Quantidade de empresas por ramo de atividade, 2000 - 2019	46
Figura 4: Mapa Rede de Influência da cidade de Santo Antônio de Jesus, 2018	50
Figura 5: Delimitação do centro, conforme PDDU 2002 e ocupação formal da Praça Padre Mateus.....	57
Figura 6: Comércio informal ao lado da Igreja Matriz – Área central de Santo Antônio de Jesus, 2020	60
Figura 7: Comércio informal ao longo da Rua Monsenhor Francisco - Área central de Santo Antônio de Jesus, 2020.....	60
Figura 8: Praça Duque de Caixas - Feira Livre	61
Figura 9: Feira livre - Galpão do hortifrúti, 2021	62
Figura 10: Mapa da Feira Livre de Santo Antônio de Jesus: formas de uso do solo.....	63
Figura 11: Laboratório Fernando Queiroz, 2020	65
Figura 12: Hotel Parati Palace, 2020.....	65
Figura 13: Praça Pirajá (Praça das Vans), 2020.	70
Figura 14: Mapa dos municípios com itinerários para Santo Antônio de Jesus, por meio do transporte alternativo, 2021.	72
Figura 15: Comércio informal na Praça das Vans	73
Figura 16: Mapa de localização do Shopping Itaguari: Santo Antônio de Jesus.....	76
Figura 17: Composição das atividades do Shopping Itaguari, 2021.....	78
Figura 18: Rua Armando Tavares - Residência, 2012 / Centro Médico, 2021.	81
Figura 19: Av. Barros e Almeida - Residência, 2012 / Centro Médico, 2021.....	82
Figura 20: Av. Barros e Almeida - Residência, 2012 / Centro Médico, 2021.....	82
Figura 21: Estabelecimentos de serviços automotivos na Av. Gov. Roberto Santos, 2021	83
Figura 22: Mapa das ruas de comércio e serviços especializados, 2021	84
Figura 23: Comércio na Av. Juracy Magalhães.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exemplos de cidades brasileiras que exercem centralidade urbano-regional	29
Quadro 2: Produto Interno Bruto – Municípios do Território de Identidade Recôncavo, 2010– 2018	49
Quadro 3: Valor do solo por m ² na área central de Santo Antônio de Jesus nos anos de 2008 e 2018.	67
Quadro 4: Atividades de comércio e serviços automotivos em vias especializadas .	85
Quadro 5: Valor do solo por m ² nas Avenidas Luís Viana e Juracy Magalhães, 2008 e 2018	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de urbanização da Bahia e de Santo Antônio de Jesus	36
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

4º DIRES – Quarta Diretoria Regional de Saúde

ABRASCE – Associação Brasileira de Shopping Centers

ACESAJ – Associação Comercial de Santo Antônio de Jesus

AGERBA – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

BA – Bahia

BANEB – Banco do Estado da Bahia

COOPERSAJ – Cooperativa dos Permissionários de Transporte Complementar de Santo Antônio de Jesus e Região

CONCIDADES – Conselho das Cidades

DEM – Democratas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança

FACEMP – Faculdade de Ciências Empresariais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFBA – Instituto Federal da Bahia

IMDI – Instituto de Mastologia e Diagnóstico por Imagem

INCAR – Instituto de Cardiologia do Recôncavo

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PFL – Partido Frente Liberal

PSD – Partido Social Democrata

PT – Partido dos Trabalhadores

PIB – Produto Interno Bruto

PROET – Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão

SAJ – Santo Antônio de Jesus

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

SESAB – Secretária de Saúde do Estado da Bahia

SESC – Serviço Social do Comércio

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TI – Território de Identidade

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNIFACS – Universidade Salvador

URMEC – Urgências Médicas Cirúrgicas

1. INTRODUÇÃO

O espaço urbano é resultado de um longo processo de acumulação que perpassa por diferentes momentos históricos. É mais que apenas formas dispostas sobre o solo, é um espaço heterogêneo em transformação constante, decorrente da ação dos diferentes agentes sociais que participam da sua (re)produção. Esse mesmo espaço apresenta-se para o capital como um lugar propício para o desenvolvimento dos negócios, pois concentra a circulação e acumulação de pessoas e capital. Nele, as atividades terciárias ocupam grandes áreas com instalação de suas estruturas em locais que satisfaçam suas necessidades, principalmente, onde exista fluxo constante de consumidores. Historicamente, esse setor é responsável por dinamizar o espaço urbano.

O processo de urbanização no Brasil foi intensificado durante o século XX, sobretudo, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), em função do incentivo à industrialização e, posteriormente, com o fomento ao rodoviarismo. Entre os anos 1950-1980 foi intenso o êxodo rural no país, as cidades começaram a crescer de forma exponencial e as migrações provenientes das pequenas cidades para os grandes centros urbanos tornaram-se ainda mais frequentes. O resultado foi a diminuição da população rural em determinadas regiões do país.

Desde então, os grandes centros urbanos tiveram crescimento populacional acelerado, fazendo com que muitos problemas se avolumassem, como a falta de emprego, pois as vagas existentes não eram suficientes para o contingente populacional que aumentava.

Após da década de 1960, políticas públicas passaram a ser elaboradas para aplicação nas cidades de grande e médio porte. Conforme Rolnik e Klink (2011), as políticas urbanas territoriais, favoreceram algumas cidades com investimentos públicos e privados¹, que, conseqüentemente, passaram a receber parte do fluxo de migrantes de população do campo, que deixava seu lugar de origem em razão da mecanização e das mudanças nas relações de trabalho. As cidades que se tornaram

¹ É importante compreender que o Estado, por meio de leis de parcelamento, zoneamentos e planos urbanísticos, passou a regular a produção e a expansão das cidades, delegando à iniciativa privada a missão de produzir terras urbanizadas, infraestrutura e espaços públicos. Porém, esse modelo adotado pelo Estado, conforme Rolnik e Klink (2011), resultou em urbanização sem infraestrutura, especialmente, para os grupos sociais excluídos.

receptoras dos fluxos de pessoas expandiram mais rapidamente o tecido intraurbano, favorecendo a intensificação das atividades terciárias e circulação e acumulação de capital.

O setor terciário, em suas múltiplas modalidades, promove novas espacialidades que atingem, intencionalmente, os diferentes setores da cidade, até mesmo nos bairros periféricos, que em contextos específicos podem produzir as próprias centralidades. Os terciários formais e informais se direcionam por meio de lógicas espaciais e ocupam áreas que satisfaçam as necessidades de acessibilidade, consumidores e infraestrutura. Por isso, há preferência de se instalarem às margens de grandes avenidas e rodovias, próximos a estações de transbordo, universidades, equipamentos públicos e empreendimentos habitacionais.

Em virtude da ampliação dos fluxos, algumas cidades se consolidam como centros terciários que atraem consumidores tanto da região imediata, como de fora dela. Agregado a esse movimento, nota-se o crescimento populacional expoente, o que tem impulsionado transformações na organização do espaço intraurbano, expondo segregação socioespacial, reestruturação dos usos do solo, formação de novas centralidades, emergência de vias especializadas e redirecionamento de fluxos.

Além do capital terciário, o Estado também é responsável por transformações substanciais no espaço intraurbano, principalmente com a instalação de equipamentos públicos que servem como vetores de crescimento na área contígua ao centro ou mesmo quando instalados em setores distantes dessa área tradicional da cidade. É importante pensar que o Estado atua junto a outros setores, como os agentes imobiliários e fundiários, na promoção da valorização do solo e especulação imobiliária (CORRÊA, 1995).

Diante do exposto, surgiu a inquietação em pesquisar tais dinâmicas urbanas no contexto da cidade de Santo Antônio de Jesus, localizada no Recôncavo Baiano, a 195 km de Salvador, via BR-101/BR-324 ou a 110 km, pela BA-046, com travessia de *Ferry Boat* (Baía de Todos os Santos). Devido à localização privilegiada em meio às rodovias estaduais e federal, o que lhe confere boa acessibilidade, SAJ exerce uma centralidade regional e polariza alguns municípios de seu entorno imediato. De acordo com Santos (2002), teve seu crescimento, a princípio, associado ao ferroviarismo, que facilitava os fluxos de pessoas e mercadorias no Recôncavo Baiano.

Os estudos sobre a temática urbana na contemporaneidade têm cada vez mais importância, uma vez que há necessidade de analisar as transformações das cidades

visando seu planejamento. No quadro de Santo Antônio de Jesus, desde o período de predomínio da rede ferroviária, a cidade era promissora, porém, com a ascensão das rodovias, no fim da década de 1960, os fluxos foram ainda mais estimulados, e ela passou a ter maior relevância na escala regional imediata.

Tais dinâmicas influenciaram no crescimento populacional do município, que se tornou o maior do Recôncavo em contingente populacional, apresentando 90.985 habitantes (IBGE, 2010).

A localização, o crescimento demográfico e a instalação de equipamentos públicos impulsionaram a estruturação urbana, que não se limitou ao centro da cidade. Como o espaço urbano é fragmentado e simultaneamente articulado (CORRÊA, 1995), a dinamização foi atingindo bairros e avenidas residenciais; bairros periféricos; até mesmo a franja rural-urbana, que passa por processos especulativos constantes, promovidos pelos agentes imobiliários e fundiários que intervêm por meio da construção de condomínios residenciais e casas para aluguel. Além desses, o setor formal e informal teve ainda mais notoriedade, não apenas no centro tradicional definido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

Desse modo, esta dissertação ancora-se nos seguintes questionamentos norteadores: **I)** De que forma as atividades terciárias influenciam na organização espacial da cidade de Santo Antônio de Jesus? **II)** Qual a relação entre planejamento territorial e a dinâmica das atividades terciárias no contexto urbano de Santo Antônio de Jesus?

Portanto, o objetivo geral do trabalho é analisar como o setor terciário influencia e dinamiza a organização espacial da cidade de Santo Antônio de Jesus. Quanto aos objetivos específicos, ficaram assim definidos:

- I)** Entender a dinâmica espacial intraurbana de Santo Antônio de Jesus e sua função de centro regional;
- II)** Averiguar o papel dos diferentes agentes urbanos no processo de estruturação intraurbana de Santo Antônio de Jesus;
- III)** Discutir como as mudanças no setor terciário impactam espacialmente a cidade de Santo Antônio de Jesus.

É importante destacar que embora já tenham sido desenvolvidas algumas pesquisas sobre a cidade, não foram identificadas análises sobre a organização do

espaço urbano de SAJ em relação a centralidade das atividades terciárias. Após buscas em bancos de dados de dissertações, foram encontrados os trabalhos de Passos (2010), Mota (2015) e Miguel Santos (2002) que, respectivamente, abordam questões históricas, produção do espaço imobiliário e dinamismo regional.

Por isso, considerando a inquietação do autor deste trabalho, iniciada na graduação, de como a cidade é pensada e de como tem ocorrido o planejamento urbano, entende-se que o desenvolvimento deste texto é de relevância para a comunidade acadêmica e externa a ela, uma vez que existe a necessidade de novas análises e estudos que apresentem perspectivas sobre a cidade que está em constante modificação. Assim, as análises desenvolvidas poderão servir de subsídio para o planejamento e a gestão urbana de Santo Antônio de Jesus e para outros trabalhos acadêmicos que poderão ser elaborados.

Para atingir os objetivos propostos, foi necessário desenvolver um quadro de dimensões teóricas com análises acerca de conceitos fundamentais da Geografia, como: espaço urbano e intraurbano, cidades médias, centralidades e a relação dessas temáticas com as atividades econômicas do setor terciário. Dessa maneira, o referencial teórico é desenvolvido a começar da leitura e fundamentação em autores como Santos (1997), que aborda o conceito de espaço como o conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações; Souza (2003) e Corrêa (1995), que tratam dos modelos de organização das cidades e como o espaço urbano é articulado e produzido; Pintaudi (2002) e Cleps (2005), que abordam o sentido do comércio e serviços no espaço urbano; e as observações sobre cidades médias, com base em proposições de Sposito (2007), Corrêa (2007) e Amorim Filho e Serra (2001).

Ainda foi necessário o entendimento e análises sobre centro e centralidade, considerando que Santo Antônio de Jesus é um centro sub-regional A e exerce influência em sua região imediata. Essa classificação ocorre conforme a Região de Influência das Cidades (REGIC), a qual define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros de acordo com a influência deles (IBGE, 2018). A centralidade ainda se refere ao seu contexto intraurbano, em que são expostos novos arranjos espaciais em virtude do comportamento das atividades terciárias. Para tal entendimento, foram consideradas as proposições de Sposito (2001).

O levantamento, a leitura e a revisão das bibliografias supracitadas culminaram na elaboração do referencial teórico, que, conforme Echer (2001), é um dos percursos

mais importantes da pesquisa, pois contribui com o pensamento de novas investigações, análises e percepções sobre o tema.

Além das proposições teóricas, recorreu-se às contribuições de Brito (2008), que trata das políticas territoriais no Recôncavo Baiano, por meio de investimentos em infraestrutura, após a instalação da Petrobrás; de Santos (2002), que aborda o dinamismo urbano regional de Santo Antônio de Jesus; de Tomasoni (2015), com seus estudos que evidenciam questões econômicas e sociais que envolvem a produção de fogos de artifícios; e de Mota (2015), que discute a produção de espaços residenciais segregados na cidade em tela.

A análise crítica acerca do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Santo Antônio de Jesus (2002) constituiu-se como um importante elemento na pesquisa, utilizado principalmente para identificar a realidade da cidade no início dos anos 2000 e as suas proposições para ordenamento territorial. Por meio das bases documentais da Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, obteve-se acesso às leis 017/2002 e 019/2004, sobre o uso e a organização do solo urbano. É importante destacar que o PDDU vigente está desatualizado, e em 2021 foram iniciadas as discussões para elaboração de um novo plano.

Além dessas já citadas, outras fontes de dados secundários que subsidiaram a pesquisa foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI). A partir dos dados coletados nessas instituições, foram sistematizadas informações com os indicadores populacionais, econômicos e sociais, as quais permitiram a elaboração de mapas, gráficos, quadros e tabelas.

Conforme os procedimentos desenvolvidos, define-se a pesquisa enquanto uma abordagem qualitativa com análise de dados quantitativos, pois envolve a coleta, organização, análise e interpretação de dados primários e secundários. Ainda destacam-se outros mecanismos, como análise de fotografias e representações, levantamento documental, revisão bibliográfica, entrevistas e a observação de campo (MARCONI E LAKATOS, 2003).

Os recursos cartográficos e fotográficos tiveram importante papel na pesquisa ao permitir a integração da discussão com a análise qualitativa da imagem e representação (GURAN, 2012). A produção cartográfica aconteceu por meio da associação da coleta de dados secundários, das informações dispostas no PDDU e da observação em trabalho de campo. Foi utilizado o *software* de geoprocessamento

Qgis, na versão 3.16.2, para elaboração dos mapas, tendo como base de dados o IBGE, a REGIC, a SEI, e o *Google Maps*. A observação e coleta de dados *in loco* foram essenciais para confecção dos mapas de uso do solo, bem como elaboração de quadros indicando a quantidade de empreendimentos terciários em ruas e avenidas do centro.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a Secretária de Infraestrutura do Município, com o objetivo de compreender as ações da prefeitura no tocante ao planejamento urbano, e com o diretor do *Shopping Itaguari*, para entender a função exercida pelo equipamento. Devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19), alguns direcionamentos da pesquisa foram repensados: por exemplo, o contato com os colaboradores foi feito por chamada telefônica, por e-mail, e pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O **segundo capítulo**, intitulado “**Espaço e cidade: olhares sobre Santo Antônio de Jesus**”, é destinado às discussões teóricas e conceituais acerca das dinâmicas do espaço geográfico e do conceito de cidade média. Além disso, são enfatizadas as questões históricas, envolvendo as atividades terciárias no contexto da cidade estudada.

No **terceiro capítulo**, “**A dinâmica urbana e regional de Santo Antônio de Jesus**”, discute-se a questão urbano-regional e são expostos dados que demonstram o processo de consolidação da centralidade de Santo Antônio de Jesus, no contexto do Recôncavo. Além disso, discute-se sobre dinamismo intraurbano do centro terciário, buscando compreender como tem ocorrido o uso do solo.

No **quarto capítulo**, intitulado de “**Expansão do centro e as novas áreas centrais em Santo Antônio de Jesus**”, discute-se as principais mudanças na dinâmica das atividades terciárias no espaço intraurbano. Considera-se que mesmo com os problemas urbanos relacionados à mobilidade e aos custos de aluguel, o centro tradicional da cidade continua sendo o principal atrativo dos consumidores locais e regionais, mas deixa de concentrar parte das formas de comércio e serviços devido a emergência de atividades terciárias em outras áreas e setores da cidade.

Por fim, na seção de **considerações finais**, são retomadas, resumidamente, as discussões que direcionaram a dissertação. Na sequência estão as referências, onde foram registradas as literaturas e os materiais consultados ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

2 ESPAÇO E CIDADE: OLHARES SOBRE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Neste capítulo são tecidas discussões teóricas sobre os conceitos norteadores da pesquisa: organização do espaço, espaço urbano e cidade. É importante destacar que nesta dissertação optou-se pela escolha de trabalhar com o conceito de organização do espaço para uma compreensão da dimensão material do espaço intraurbano.

Aqui ainda é discutido o conceito de cidade média. Seu entendimento perpassa por diferentes pontos de vista, de forma que não há consenso de pesquisadores sobre uma definição única. Neste trabalho, utiliza-se a cidade média desligando-se da ótica quantitativa. Desse modo, busca-se entender se Santo Antônio de Jesus é uma cidade média, não pela dimensão demográfica como principal fator, mas pelas dinâmicas urbanas e intraurbanas que são instituídas. Para isso, recorre-se aos antecedentes históricos e aos percursos que fizeram da cidade um centro terciário de influência regional.

A compreensão do conceito de cidade média foi desenvolvida à luz das análises de autores, como Corrêa, Sposito e Amorim Filho. Esses pesquisadores expõem que a cidade média está além de um núcleo urbano com cem mil ou mais habitantes, pois, em cada contexto regional, ou mesmo nacional, as cidades tendem a apresentar características distintas. Portanto, deve-se, antes de tudo, buscar entender se a cidade apresenta capacidade de absorver fluxos de sua região imediata e se dispõe de equipamentos públicos e privados que de fato atendam às necessidades da população local e regional.

2.1 Organização do Espaço Urbano

O espaço geográfico vai além da percepção do espaço físico e pode ser compreendido como a totalidade do que existe mediante a relação histórica entre sociedade e natureza. Souza (2013) reflete sobre a “primeira natureza” e “segunda natureza”, na qual a primeira refere-se à natureza exterior ao homem e a segunda é a materialidade transformada pelos homens em espaços simbólicos, territórios e lugares. Santos (1997) e Corrêa (1995) consideram que o espaço reflete a história de como o homem se apropriou e foi produzindo sua existência, principalmente na

sociedade capitalista, por meio do trabalho, da acumulação de capital e da luta de classes. Santos (1997) define o espaço como:

[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades; o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 1997, p. 51).

Desse modo, a percepção de espaço para o autor supracitado é um conjunto de sistemas de ações e de objetos, que não devem ser analisados isoladamente, porque são formados através de relações sociais dadas após as revoluções técnicas e informacionais, a partir dos anos 1970.

Nesse seguimento, Harvey (2004) também aponta que não é possível compreender o espaço independente das ações sociais e, principalmente, das relações de poder no âmbito da acumulação de capital e do controle financeiro. Para o autor, o espaço é produzido e organizado para atender o que cada sociedade propõe; nessa articulação, surgem formas, objetos e conteúdo, e dependendo dos interesses hegemônicos, as formas vão sendo apropriadas, adaptadas e transformadas.

Souza (2013) atribui uma qualificação ao espaço geográfico, o qual chama de espaço social. Segundo o estudioso, o conceito de organização espacial deriva do entendimento do espaço social que é uma das abordagens das ciências sociais. O conjunto de objetos criados pelo homem dispostos sobre a superfície da terra é considerado por Corrêa (1995) como organização espacial, por isso, o autor aponta que:

[...] campos cultivados, os caminhos, os moinhos e as casas, entre outros, são exemplos de segunda natureza. Estes objetos fixos ou formas dispostas espacialmente (formas espaciais) estão distribuídos e/ou organizados sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica. O conjunto de todas essas formas configura a organização espacial da sociedade. A organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social (CORRÊA, 1995 p. 55).

Por isso, a organização espacial é dada pelo trabalho humano no processo de transformação da natureza primitiva, em formas com diferentes funções e estruturas. Souza (2013) completa que a organização espacial tem relação intrínseca com a divisão espacial do trabalho e com a distribuição de infraestrutura técnica e social. O autor ressalta que não se pode limita-la a materialidade, ou seja, aos elementos técnicos humanizados, pois a sociedade se relaciona com a primeira natureza.

Nesse sentido, entende-se que a organização espacial não é fixa e terminada, está em constante transformação e apresenta características distintas em cada momento histórico e em cada conjuntura. Do mesmo modo, não está limitada apenas ao contexto intraurbano, envolve diferentes escalas, formas e ações. Porém, é importante pensar, sobretudo, na ação dos agentes hegemônicos, que são os principais responsáveis pelo ordenamento e planejamento territorial.

Na escala intraurbana, o espaço é resultado de um longo processo de acumulação histórica. Sposito (1999, p. 86) aponta que não se deve “compreender o espaço urbano como materialidade presente, mas também como processo, como acumulação de tempos, como expressão das formas como se organizam e reorganizam, tendo em vista a urbanização e suas determinações”. Isto é, o espaço urbano não é apenas a forma visível ou vivenciada na contemporaneidade, é resultado de um longo processo histórico e está em constante transformação devido a ação dos agentes sociais.

A partir das ponderações de Corrêa (1995), entende-se que o espaço urbano é fragmentado e articulado, campo de lutas e simbologias, e ainda um produto social produzido e consumido por agentes hegemônicos ou não. As práticas dos agentes são responsáveis pela organização e reorganização do espaço urbano, eles atuam de forma concreta por meio da acumulação de capital e dos conflitos de classes.

Através da promoção da desigualdade socioespacial e da mudança de conteúdos econômicos de determinadas áreas, ocorrem os processos de organização e reorganização espacial, intensificados por meio da agregação de novas áreas ao espaço urbano, com o crescimento da segregação socioespacial, com formação de subcentros e novas áreas de centralidades intraurbanas.

Nessa esfera, Corrêa (1995) aponta que os principais agentes responsáveis pela produção do espaço urbano são: **I) os proprietários dos meios de produção**, incluindo as indústrias e os prestadores de serviços; **II) os proprietários fundiários**; **III) os proprietários imobiliários**, onde destacam-se as construtoras, os promotores

imobiliários e loteadores; **IV) o Estado**, representado pelos poderes municipais, estaduais e o federal; e **V) os grupos sociais excluídos**. Em muitos aspectos, os interesses desses agentes são convergentes, no entanto, existem conflitos, sobretudo, entre os proprietários fundiários, proprietários imobiliários e proprietários dos meios de produção que questionam a intensa valorização do preço do solo.

Os proprietários fundiários buscam que a terra seja o mais remunerador possível, e nesse contexto pressionam o Estado para que façam intervenções no espaço: “Os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano” (CÔRREA, 1995, p. 16). A valorização do solo também acontece por meio de investimentos em infraestrutura, especialmente viária, conforme observa o autor supracitado.

Considerando a atuação do setor terciário, este ramo tem a localização como sua principal estratégia para expansão, por isso, há uma constante busca por terrenos nos centros e nas áreas de centralidade, pois há concentração de fluxos de consumidores. Assim, o solo torna-se disputado, sobrevalorizado e tradicionalmente ocupado pelos detentores de maior capital. Entretanto, essa agregação de valores, posteriormente, motiva a formação de novas centralidades, nas cidades de maior porte, subcentros de consumo.

Na cidade capitalista o solo é uma importante mercadoria e seu uso é disputado até mesmo pelos agentes excluídos, pois o solo é um elemento indispensável para todos os indivíduos, de modo que ninguém pode existir, viver ou trabalhar sem ocupar espaço ou mesmo produzir um território. Todavia, alguns agentes, como os imobiliários e os proprietários fundiários, detêm privilégios financeiros e monopolizam o uso do solo, contando com a ação do Estado por meio do planejamento territorial urbano, de modo a determinar, seletivamente, as localizações de equipamentos públicos e empreendimentos comerciais privados (HARVEY, 1980). Essa noção é exposta por meio das proposições de Soja (1993), ao refletir sobre as ações do planejamento urbano:

A cidade passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo do centro de produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo. O planejamento urbano foi criticamente examinado como um instrumento do Estado, que atendia às classes dominantes através da

organização e reorganização do espaço urbano em benefício da acumulação do capital e da administração da crise. (SOJA, 1993, p. 118).

A cidade contemporânea é os lócus do capital e passa por constantes transformações em sua organização para suprir as necessidades dos agentes urbanos dominantes. O planejamento urbano, que deveria ser um instrumento efetivo de ordenamento territorial e ter sua ação destinada a melhorar a infraestrutura para os cidadãos se tornou um mecanismo do capital e para o capital, de modo que a atuação do Estado se declina a privilegiar os interesses dos agentes dominantes, ampliando, dessa forma, as contradições socioespaciais.

É importante refletir que a dinâmica do espaço urbano não se limita apenas ao contexto da cidade, pois, relaciona-se com a dinâmica regional, de modo que não há como pensar a cidade sem compreender fluxos e as trocas que são instituídas com o campo ou mesmo com as cidades de menor e maior porte. Diante desse contexto, surge a perspectiva de considerar o espaço intraurbano, como discutida por Villaça.

Segundo Villaça (2001), a proposição do conceito de espaço intraurbano parte da necessidade de analisar a organização do espaço interno da cidade e compreender como as formas estão dispostas no território. Na visão do autor, o deslocamento humano define o conceito, além disso, aponta que a acessibilidade é um fator importante e que a “infraestrutura é produzida e pode ser reproduzida pelo trabalho humano” (p. 23). Destarte,

A localização é, ela própria, também um produto do trabalho e é ela que especifica o espaço intraurbano. Ela está associada ao espaço intraurbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais [...] para explicar as formas urbanas – os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, densidades, etc. – é indispensável considerar as relações de determinado ponto ou conjunto de pontos do espaço urbano. [...] se materializam através do deslocamento dos seres humanos enquanto consumidores e/ou portadores de força de trabalho (VILLAÇA, 2001, p. 24).

Nessa perspectiva, o autor em questão aponta que o resultado da produção do espaço intraurbano pelos diferentes agentes não são as formas, como praças e edificações, mas a localização. As formas dispostas no espaço intraurbano tornam-se resultado dos deslocamentos na cidade, seja pelos agentes hegemônicos com seus interesses financeiros ou pelos agentes excluídos e detentores da força de trabalho.

No contexto das atividades terciárias, a localização é um dos fatores mais importantes, pois, o empresário buscará instalar o equipamento no local que seja o mais “remunerador” possível. Isso envolve algumas atribuições como a legislação vigente, o valor do solo e os fluxos já existentes. Essa noção é exposta por Vargas (2001), ao reforçar que:

a atividade econômica apresenta um estreito relacionamento com o espaço físico que lhe dá suporte, criando o que chamamos de localização. Assim, o processo de mudança econômica é ao mesmo tempo causa e efeito dos padrões espaciais existentes (VARGAS, 2001, p.49).

Além disso, a instalação de uma empresa, sobretudo varejista, precisa considerar o alcance e a concentração populacional. Haja vista que o local deve satisfazer a necessidade de infraestrutura e, em simultâneo, captar o mercado consumidor.

É importante entender que o processo de estruturação do espaço intraurbano ocorre por meio da articulação com o espaço interurbano, de forma que a dinâmica interna da cidade é definida, também, através das relações desencadeadas na escala regional. Uma cidade com expressiva capacidade polarizadora torna-se receptora de investimentos públicos e privados, atrai migrantes e ao longo do tempo intensifica a expansão da malha urbana, a valorização do solo, a reestruturação dos fixos, entre outras consequências.

Muito do que ocorre no espaço intraurbano é consequência da dinâmica instituída no espaço interurbano, articulado por meio das redes. Aproximando da realidade de Santo Antônio de Jesus, entende-se que as atuais formas e funções desenvolvidas são resultantes dessa relação em diferentes escalas, apenas a população local não faria da cidade um centro de consumo com expressiva centralidade.

Toda estrutura intraurbana de uma cidade é resultado da ação dos agentes sobre o espaço, bem como a materialização ao longo do processo histórico de acumulação. Porém, é importante analisar que as formas são acompanhadas de funções que tendem a modificar com o tempo, e isso ocorre por influência de diferentes agentes que promovem a reestruturação e a transformação do espaço (SPOSITO, 2004).

Então, a organização espacial das cidades não está finalizada, ocorre e continuará ocorrendo conforme a necessidade do capital, associada a ação dos múltiplos agentes sociais que se relacionam nas diferentes escalas. Por esse motivo, não há um padrão de cidade, cada uma apresenta especificidades que precisam ser analisadas e compreendidas conforme suas dinâmicas, características, grau de polarização, industrialização e urbanização.

2.2 Rediscutindo o conceito e o sentido das Cidades Médias

O processo de industrialização foi um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento populacional, pela expansão da malha urbana e pelo crescimento econômico de muitas cidades brasileiras. A industrialização refletiu de diversas formas no território nacional devido a estruturação das grandes cidades, acompanhada de investimento em infraestrutura logística, que atingiu principalmente a região concentrada do país², mas, devido às redes de comunicação, expandiu-se a outras regiões do território nacional.

Nesse contexto de integração e crescimento, alguns autores apontam a formação de dois Brasis: o metropolitano, onde a industrialização ocorreu de forma acelerada e as cidades tornaram-se os grandes centros urbanos; e o Brasil não metropolitano, composto por cidades pequenas e médias. Por muito tempo as metrópoles captavam grande fluxo de migrantes, notadamente de pessoas que acreditavam que nos centros urbanos encontrariam melhores condições de vida. No entanto, essa melhor condição nem sempre era encontrada, e nesse processo as cidades médias também se consolidaram como receptoras de pessoas (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Amorim Filho e Serra (2001) apontam que após os anos 1950 os fluxos migratórios foram intensificados e um expoente contingente populacional começou a migrar do espaço rural de diversas regiões do país. Com isso, em decorrência de políticas de ordenamento territorial para conter as migrações para as metrópoles, as cidades médias ganharam a função de absorverem parte dos fluxos migratórios, na

² Conforme Santos e Silveira (2001), região concentrada é o eixo formado pelas regiões Sudeste-Sul, as quais apresentam a centralização do capital nacional, bem como a concentração de técnica, tecnologias e comunicação.

tentativa de minimizar os problemas sociais que se agravavam nos centros urbanos brasileiros de maior expressão.

Com a globalização e o desenvolvimento técnico, as cidades médias tendem a exercer um poder de comunicação com os grandes centros urbanos de relevância nacional e até internacional, por meio do nexo entre redes físicas e virtuais. Em vista disso, Corrêa (2007) aponta a cidade média na rede urbana brasileira como um importante nó na relação entre metrópole e cidade pequena, de modo que quanto maior for a distância entre elas, maior será a importância da cidade média. No entanto, embora se relacione com a rede global, nessa escala, exerce menor influência.

A discussão sobre o conceito de cidade média perpassa por diferentes análises. Portanto, não existe um consenso entre pesquisadores, e nas esferas governamentais, verifica-se que cada país, região e mesmo estado da federação adota diferentes critérios. Nas esferas do planejamento público, a cidade média é definida a partir de dados quantitativos, utilizando-se como base o contingente populacional, ou seja, critérios demográficos.

Todavia, algumas reflexões são necessárias para considerar uma cidade como média. Oliveira e Soares (2014) apontam que antes de tudo, a cidade precisa ser analisada pelo pesquisador, o qual deve buscar entender o papel que ela exerce no sistema urbano. Na mesma perspectiva, Sposito (1991) destaca a importância de sua posição geográfica, as relações espaciais, a funcionalidade econômica e a distância dos centros de consumo de maior expressividade.

Avançando para além da proposição que apenas considera o número total de habitantes, Corrêa (2007) afirma que esse não pode ser um único elemento para pensar a cidade média; pois, 100 ou 200 mil habitantes têm sentidos diferentes em cada contexto espacial e temporal e leva em consideração processos de urbanização específicos. Em outras palavras, não é possível atribuir o mesmo parâmetro para todos os contextos, pois o autor considera que a escala espacial e as dimensões temporais devem ser pensadas como referências.

No entanto, Corrêa não descarta a importância de refletir sobre os aspectos populacionais, pois a densidade demográfica vai aparecer de forma evidente no espaço intraurbano, que é constantemente influenciado pelos movimentos migratórios frequentes, e pelo movimento pendular.

Segundo Amorim Filho e Serra (2001), se está situada em uma rede urbana mais complexa, a cidade média perde sua relevância quando considerada por critérios

demográficos, e a importância se dá por sua função. Na mesma perspectiva, Castello Branco (2007) aponta que:

[...] as cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas (CASTELLO BRANCO, 2007, p.90).

As cidades médias assumem características específicas nas regiões onde estão inseridas. Portanto, uma cidade localizada no Norte do Brasil não poderá ser analisada sob a mesma ótica de outra localizada no Sudeste. Nem mesmo duas cidades na mesma unidade da federação devem ser compreendidas pelo mesmo parâmetro (Quadro 1).

Quadro 1: Exemplos de cidades brasileiras que exercem centralidade urbano-regional

Cidades brasileiras	População urbana (2010)	PIB municipal 2018 (em milhões)	Ensino superior público	Rede de TV	Aeroporto	Hierarquia
Vitória da Conquista (BA)	274.739	R\$ 7.035,61	2	3	1	Capital Regional B
Juazeiro (BA)	160.775	R\$ 4.095,39	2	1	0	Capital Regional C
Itabuna (BA)	199.643	R\$ 4.081,37	2*	2	0	Capital Regional B
Barreiras (BA)	123.741	R\$ 4.744,49	2	1	1	Capital Regional C
Santo Antônio de Jesus (BA)	79.299	R\$ 2.176,01	3	0	0	Centro Sub Regional A
Juazeiro do Norte (CE)	240.128	R\$ 4.820,16	1	1	1	Capital Regional B
Santarém (PA)	215.947	R\$ 4.858,90	3	5	1	Capital Regional C

Continua

Anápolis (GO)	329.170	R\$ 14.238,24	3	1	1	Capital Regional C
Uberlândia (MG)	583.879	R\$ 37.442,98	1	3	1	Capital Regional B
Santa Maria (RS)	248.334	R\$ 7.793,23	1	2	1	Capital Regional C
Marília (SP)	207.737	R\$ 8.082,73	1	7	1	Capital Regional C
Dourados (MS)	181.086	R\$ 8.500,16	2	2	1	Capital Regional C

Fontes: IBGE (2010, 2018); BRASIL (2020); Anatel (2020) - Organizado por Matheus da Silva Ribeiro.

*No território de Itabuna está localizada a Universidade Federal do Sul da Bahia. Já a Universidade Estadual de Santa Cruz está localizada em Ilhéus, no entanto, também é responsável pela dinamização de Itabuna, pois a universidade localiza-se na rodovia Jorge Amado, ligação entre os dois núcleos urbanos.

O quadro 1 expõe algumas cidades brasileiras que exercem centralidade em suas redes urbanas, bem como alguns de seus atributos. A análise e comparação dos dados apresentados permitem a compreensão que as cidades médias não podem ser analisadas tendo como base um único critério. Santarém, por exemplo, é considerada um dos principais entrepostos da Região Norte, porque apresenta um grau de urbanização elevado, com sedes de TV, faculdades públicas e privadas. Juazeiro do Norte, que é um importante centro terciário do Ceará, mesmo com uma população maior e sendo hierarquicamente superior, apresenta menor quantidade de equipamentos e menor Produto Interno Bruto (PIB) municipal.

Na Bahia, Vitória da Conquista, que tem a participação de 2,6% no PIB baiano; Juazeiro, com participação de 1,43% e Itabuna 1,43% são algumas das maiores cidades e economias do estado. Estão localizadas em diferentes regiões do interior e apresentam elevado grau de urbanização; a população é superior a cem mil habitantes e na hierarquia urbana são capitais regionais. Enquanto isso, a participação de Santo Antônio de Jesus no PIB do estado é 0,76%, população urbana inferior a noventa mil habitantes, além da posição hierarquicamente inferior (SEI, 2021).

Nesse sentido, pode-se observar as proposições de Corrêa (2007) ao afirmar que a compreensão de uma cidade média deve ocorrer por meio da realidade nas quais estão inseridas, de modo que seus atributos devem ser analisados e associados ao papel que o centro urbano exerce em sua rede de influência.

Amorim Filho e Serra (2001), Castello Branco (2007) e Corrêa (2007) concordam que a cidade média exerce o papel de lugar central na hierarquia regional, devido a presença de vias de circulação e fluxos constantes de pessoas e informação, variedade e volume de mercadorias e, conseqüentemente, de capital. Logo, a localização junto a rede de circulação torna-se um dos elementos essenciais para a configuração de cidades médias, as quais, tradicionalmente, são favorecidas por seu passado histórico, principalmente aquelas que se formaram na bifurcação de vias de circulação, caminhos fluviais ou mesmo linhas de trem (CORRÊA, 2007).

Portanto, as cidades não podem ser compreendidas como meros objetos fixos ou formas, existe uma dinâmica espacial instituída por meio da mobilidade de pessoas, mercadorias, da comunicação e dos transportes. No caso das cidades médias, elas exercem funções de intermediação em sua região imediata, como apontam Amorim Filho e Serra (2001),

O papel articulador e de intermediação é inerente a qualquer cidade média, tendo em vista suas dimensões, sua posição geográfica sempre estratégica e as funções que lhe são próprias, tem sido encarado como fundamental para a implantação, o desenvolvimento e a expansão de eixos e corredores de transportes e comunicações, de redes de todo tipo que possuam uma base espacial (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 29).

Essa intermediação é uma das funções da cidade média que tende a ser favorecida pela localização e facilidade de deslocamento. Esse potencial se torna ainda mais evidente quando há maior distância entre as cidades pequenas e os grandes centros urbanos e quando não existe um sistema de transporte eficiente entre elas. Esse movimento permite que a cidade média passe a ser receptora da procura de bens e serviços que antes eram encontrados apenas na metrópole.

Faz-se necessário refletir que as cidades médias não são formas prontas, podem ser consideradas espaços em transição, de acordo com as proposições de Sposito (2007) e Corrêa (2007). Para os referidos autores, não são cidades pequenas e nem espaços metropolitanos, porém, reúnem transformações intraurbanas constantes, motivadas por diversos fatores, dentre eles: a expansão dos meios de circulação e transportes que fazem diminuir a distância entre cidades pequenas e metrópole, mudanças na concentração de renda fundiária e as funções desempenhadas pelas cidades nas redes urbanas.

Nesse contexto, é possível pensar que uma cidade média, em estado transitório, em determinado momento pode vir a perder sua centralidade econômica. A população das cidades pequenas, inseridas na rede urbana, podem redirecionar seus fluxos ao ver as distâncias diminuírem para a metrópole ou mesmo para outra cidade média, onde houver maior oferta de bens e serviços.

São os fluxos constantes e a infraestrutura que definem o papel da cidade na rede urbana, portanto, a cidade média não se consolida sem que haja transporte coletivo contínuo e facilidade de acesso. Além disso, normalmente, além do poder econômico, exerce também o poder de influenciar nas decisões políticas (CORRÊA, 2007).

Ao ser estabelecida como polo de hierarquia superior na rede urbana, a cidade média torna-se receptora de investimentos do Estado, ao entender o espaço como centro para instalação de universidades, hospitais, bancos e outras instituições públicas, e dos empresários locais que expandem seus negócios para lucrar com a captação dos recursos da população regional.

Outra discussão que não deve ser descartada, envolve as análises sobre a morfologia urbana, a qual foi e continua sendo modificada em decorrência das dinâmicas urbanas e regionais. Nesse contexto, as atividades terciárias se dispersam no espaço intraurbano, promovendo a reestruturação e, conseqüentemente, fazendo a organização do espaço mais complexo (CORRÊA, 2015). Em casos específicos, mais precisamente nas metrópoles, esse fenômeno pode resultar na formação de subcentros, porém, nas cidades médias, acontece naquelas já consolidadas e que apresentam maior grau de urbanização e de contingente populacional.

Isso posto, o entendimento de uma cidade média perpassa pela associação de vários elementos e fatores. Portanto, não se pode atribuir tal classificação considerando um único critério, visto que, em cada região ou mesmo rede urbana, a cidade média apresenta características específicas que refletem a localização, o grau de interação regional, os investimentos e o processo histórico de acumulação.

Pensando no contexto da cidade em tela, no passado, foi favorecida pelo ferroviarismo, pela formação histórica, pelos diferentes ciclos econômicos e pela comunicação rodoviária, que beneficiou Santo Antônio de Jesus para tornar-se um importante centro terciário. Em razão da centralidade, analisa-se o SAJ como uma cidade média. Todavia, a sua posição e sua importância ainda não são suficientes para defini-la como centro de médio porte.

Embora seja receptora de múltiplos fluxos e apareça como um importante centro de consumo na rede urbana do Recôncavo Baiano, ainda expressa elevada dependência da metrópole Salvador e de Feira de Santana, sobretudo, quando se procura produtos e serviços de maior complexidade. Ademais, fenômenos intraurbanos, comuns a cidades médias brasileiras, ainda não se consolidam na cidade estudada.

2.3 Antecedentes históricos e os “caminhos” para estruturação de Santo Antônio de Jesus

Conhecida pelas palmeiras imperiais (*roystonea oleracea*) e por seu comércio atrativo, Santo Antônio de Jesus faz parte do Recôncavo Baiano, região do entorno da Baía de Todos os Santos, a qual é marcada por suas manifestações culturais e singularidades e que tem um passado histórico relevante para a Bahia e o Brasil. Diferente de Cachoeira, São Felix, Santo Amaro e Maragogipe, foi beneficiada por sua localização com fácil acesso rodoviário e, ao longo do tempo, “modernizou-se”, tornando-se um centro bem diferente do que fora originalmente.

O povoamento não indígena³ em Santo Antônio de Jesus ocorreu por meio das atividades agrícolas, que envolviam a produção mandiocueira e de subsistência. Esse primeiro núcleo se formou no entorno do oratório construído por Padre Mateus Vieira de Azevedo⁴, nas terras situadas nas proximidades do Rio Sururu. O distrito era subordinado a Nazaré das Farinhas e tornou-se independente em 29 de maio de 1880.

Uma das marcas de Santo Antônio de Jesus é a feira livre, que, conforme Santos (2018), consolidou-se entre os anos 50 e 70 do século XX. Segundo o historiador, a feira livre era uma vitrine da produção local e tornara-se um dos principais atrativos para a população do campo e da cidade, logo, motivava o deslocamento de consumidores e comerciantes de vários povoados e cidades circunvizinhas.

³ Conforme Ribeiro (2020) e Araújo e Coutinho (2021), os habitantes indígenas eram descendentes da tribo kiriri-sapuiá, que originalmente viviam em Pedra Branca, hoje, povoado do município de Santa Terezinha, localizado a cerca de 75 km de Santo Antônio de Jesus.

⁴ Padre Mateus era um proprietário fundiário em Nazaré das Farinhas, também adquiriu novas terras nas proximidades do Rio Sururu para expandir sua produção agrícola. O oratório que originou a capela e, posteriormente, a Praça Padre Mateus, foi erguido para aproximar o sagrado e os comerciantes que se deslocavam entre os povoados do entorno (IBGE, 1958).

Provavelmente, a feira foi o embrião da centralidade regional que a cidade consolidaria ao longo do tempo. Alves (2010) afirma que um ponto de convergência se formava em Santo Antônio de Jesus, pois viajantes de todas as partes descarregavam e recebiam mercadorias, atraindo até mesmo os comerciantes de Nazaré das Farinhas, que na época era um dos mais importantes entrepostos comerciais da Bahia.

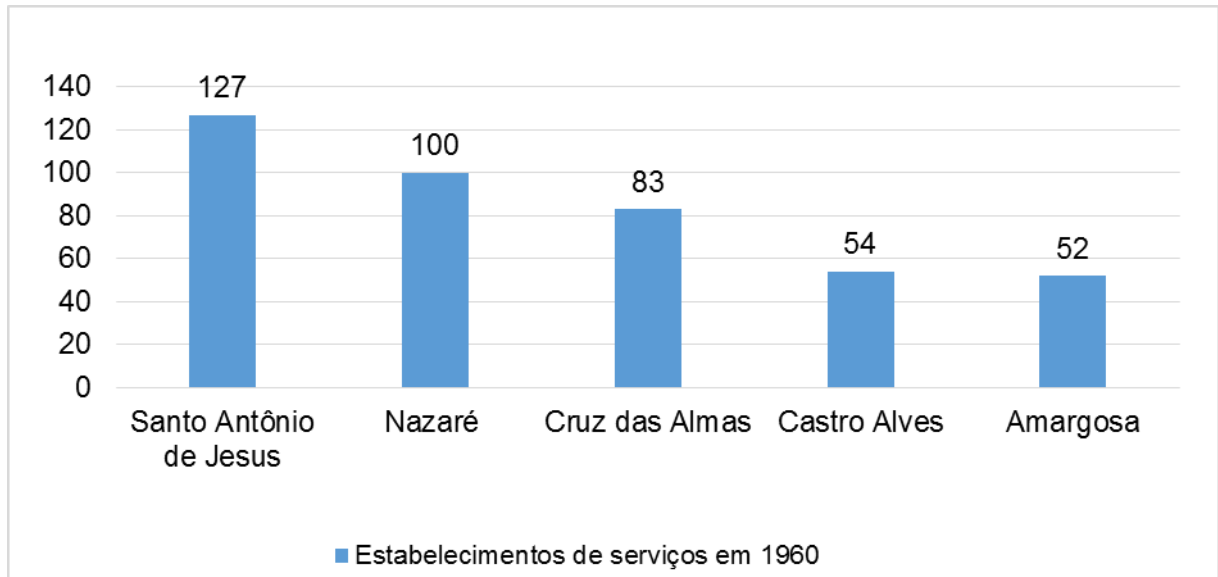
Com o passar do tempo, os lombos dos burros, o cavalo e as carroças que conectavam Santo Antônio de Jesus aos povoados, vilas e cidades do Recôncavo deram lugar a uma das maiores marcas do passado, a ferrovia *Tram Road*. Inaugurada em 1927, conectava Nazaré até Jequié e, posteriormente, em 1941, ligou Nazaré a São Roque, o que permitiu os fluxos até a capital Salvador, por vias marítimas. As ferrovias foram de grande importância no contexto econômico do Recôncavo, todavia, muitos problemas se tornaram frequentes e, devido a complicações operacionais das vias, muitos trens descarrilavam e tinham suas cargas saqueadas, causando prejuízos. Além disso, após a década de 1950, com ascensão das atividades da Petrobras e todo incentivo ao rodoviarismo, notou-se uma secundarização das ferrovias, que posteriormente viriam a ser desativadas.

Segundo Brito (2008), as principais matrizes econômicas regionais no início do século XX foram as tradições açucareira e fumageira, em que Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Cachoeira e Muritiba tornaram-se os principais centros da produção regional, especialmente em virtude da modernização das técnicas. Porém, as mais relevantes eram Cruz das Almas e Cachoeira, que se caracterizavam como cidades de segunda ordem, devido a influência de Salvador.

Em 1940, com a implementação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e todo incentivo ao rodoviarismo, motivado pela descoberta do petróleo e instalação da Petrobrás no Recôncavo, em 1950, houve um grande investimento na melhoria de estradas e rodovias, visando solucionar problemas no transporte de máquinas e equipamentos (BRITO, 2008).

Com a industrialização e os investimentos no sistema viário, conseqüentemente houve a intensificação dos fluxos de pessoas e mercadorias. Nesse nexu, associado à sua localização privilegiada, Santo Antônio de Jesus passou a desempenhar um papel ainda mais significativo no Recôncavo e desde então se tornava um polo de serviços, conforme consta no Censo Econômico de 1960 (figura 1).

Figura 1: Estabelecimentos do ramo de Serviços, 1960



Fonte: IBGE/ Passos (2010). Organização: Matheus da Silva Ribeiro (2021).

Nazaré era um dos mais importantes entrepostos comerciais e apresentava uma quantidade de prestadores de serviços maior que Cruz das Almas, Castro Alves e Amargosa. Atualmente, esses municípios consolidaram suas sedes como núcleos urbanos expressivos, sendo considerados, respectivamente, centro sub-regional B e centros zonas, conforme dados da REGIC de 2018 (IBGE, 2018).

Após a década de 1960 a oferta de bens e serviços em Santo Antônio de Jesus era crescente, enquanto Nazaré, que tem grande valor histórico, ao longo do tempo foi perdendo a centralidade que outrora exercera; principalmente após a década de 1970, quando ocorreu a pavimentação da rodovia BR-101. A melhoria da infraestrutura de transporte facilitou os fluxos para Santo Antônio de Jesus, que desde então consolidava sua importância terciária. Assis reforça que:

Na década de 1970, a cidade começou a adquirir destaque no cenário regional devido ao dinamismo comercial, proporcionado pelo crescente número de atividades desenvolvidas e principalmente pelos serviços prestados, principalmente às cidades vizinhas [...] este momento assinalou a decadência das atividades agrárias (ASSIS, 2012, p. 59).

A década de 1970 foi marcada pelo declínio das atividades agrárias. Cita-se a indústria de fumo que deixava Santo Antônio de Jesus, juntamente com outras

empresas que encerravam suas atividades ou eram transferidas para Cruz das Almas (SANTOS, 2002).

Nesse período, a população urbana do município estudado era crescente, juntamente com a taxa de urbanização que notadamente se apresentava superior à do estado da Bahia (Tabela 1). Em 1970, a taxa de urbanização em Santo Antônio de Jesus era 67,88%, enquanto no estado era de 41,18%, permanecendo superior até os dias atuais.

Tabela 1 - Taxa de urbanização da Bahia e Santo Antônio de Jesus, 1970 – 2010.

Ano	Bahia (%)	Santo Antônio de Jesus (%)
1970	41,18	67,88
1980	49,28	74,07
1990	59,12	82,17
2000	67,05	85,62
2010	72,06	87,15

Fonte: IBGE (2021); Organizada por Matheus da Silva Ribeiro (2021).

Em meio ao incremento da urbanização e ao declínio da agricultura, a “Cidade das Palmeiras” também se tornava um “território fogueteiro”, como adjetiva Tomasoni (2016). Conforme a autora, o município é o segundo maior produtor de fogos do país, ficando atrás apenas de Santo Antônio do Monte, em Minas Gerais. Desde 1970, a fabricação clandestina de fogos de artifício se fortaleceu, fazendo uso da mão de obra, principalmente, feminina e infantil. Além de ser na casa das mulheres, a produção ainda ocorria em galpões sem nenhuma segurança. Em 11 de novembro de 1998, a produção causou o maior acidente com fogos da história do Brasil, deixando dezenas de pessoas vitimadas.

O final do século XX foi marcado por diversas transformações que impulsionaram a urbanização e o crescimento de Santo Antônio de Jesus. Para isso, a ação do Estado foi essencial, principalmente por começar a “pulverizar” os equipamentos no território, motivando a ocupação de diferentes setores da cidade. Nesse propósito, foi inaugurada, em 1980, a Quarta Diretoria Regional de Saúde (4º Dires), localizada no Alto Sobradinho, o Complexo Policial e o Fórum Desembargador Wilde Oliveira Lima, na Avenida Antônio Carlos Magalhães.

Segundo Passos (2010), por meio de doações de terrenos, foram instalados no Jardim Brasil as sedes da Justiça do Trabalho e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Na Praça Padre Mateus, ocorreu desapropriação de terras e foram instalados o Banco do Estado da Bahia (BANEB)⁵, atual Bradesco-Santander, e o Branco do Brasil. A autora supracitada também aponta que ainda na década de 1980 já haviam as plantas para a construção do Terminal Rodoviário e do Hospital Regional no Andaiá.

Outro marco de 1980 foi a chegada da primeira universidade, o Centro de Formação de Professores, atual Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Com a proposta de formar educadores e contribuir com o crescimento socioeconômico, a instalação da UNEB, desde então, influenciou a dinâmica de fluxos no Recôncavo, pois jovens e adultos passaram a se deslocar para Santo Antônio de Jesus em busca de qualificação.

Todo esse contexto de instalação de equipamentos públicos e direcionamento de fluxos para Santo Antônio de Jesus esteve associado à localização, como também foi parte da política de desenvolvimento territorial instituída na Bahia, desde a década de 1970, em torno das Regiões Administrativas. Política que direcionava investimentos para núcleos urbanos específicos com a finalidade de torná-los centros de atendimento regional.

Com as inserções de equipamentos e a intensificação dos processos urbanos, Santo Antônio de Jesus foi perdendo as marcas do passado. A urbanização e a modernização, impostas por meio da expansão do mercado imobiliário e das atividades terciárias, resignificaram as formas históricas e culturais. Na atualidade, poucas são as formas históricas vistas no espaço da cidade. As fachadas das casas antigas, com eira e beira, tornaram-se as vitrines de lojas e as praças arborizadas deram lugar a calçadas. Do pouco do passado que restou, cita-se o prédio da prefeitura municipal, onde funciona a biblioteca municipal e o centro cultural, com algumas formas preservadas.

Assim, a cidade que antes era conhecido por “cidades das flores” ou “cidade das palmeiras”, hoje é adjetivado de “o comércio mais barato da Bahia” ou de capital

⁵ Conforme matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo (1999), o BANEB era um banco do estado da Bahia, foi comprado pelo Bradesco em 22 de junho de 1999 em um leilão de privatização realizado na bolsa de valores. A privatização do banco público ocorreu durante o governo de César Borges (sem partido) na época filiado ao Partido Frente Liberal (PFL).

do Recôncavo, fazendo referência a centralidade exercida sobre os municípios do entorno, os quais dependem dos bens e serviços ofertados em Santo Antônio de Jesus.

3. A DINÂMICA URBANA E REGIONAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Neste capítulo, discute-se a influência do setor terciário no dinamismo local e regional no processo de estruturação da cidade, bem como seus desdobramentos no espaço intraurbano. Para isso, foi necessário buscar análises teóricas e conceituais sobre centro, centralidade e a dinâmica do espaço terciário base, nas proposições de autores como: Sposito, Cleps, Souza e Singer.

Inicialmente, faz-se necessário recordar que Santo Antônio de Jesus está localizada no Território de Identidade Recôncavo⁶ (figura 2). Um importante atributo da rede urbana regional é a bifurcação das rodovias BR-101, BA-026 e BA-046, que permitem acesso às cidades pequenas do entorno e aos grandes centros da rede urbana baiana: Feira de Santana e a capital do estado, a metrópole Salvador.

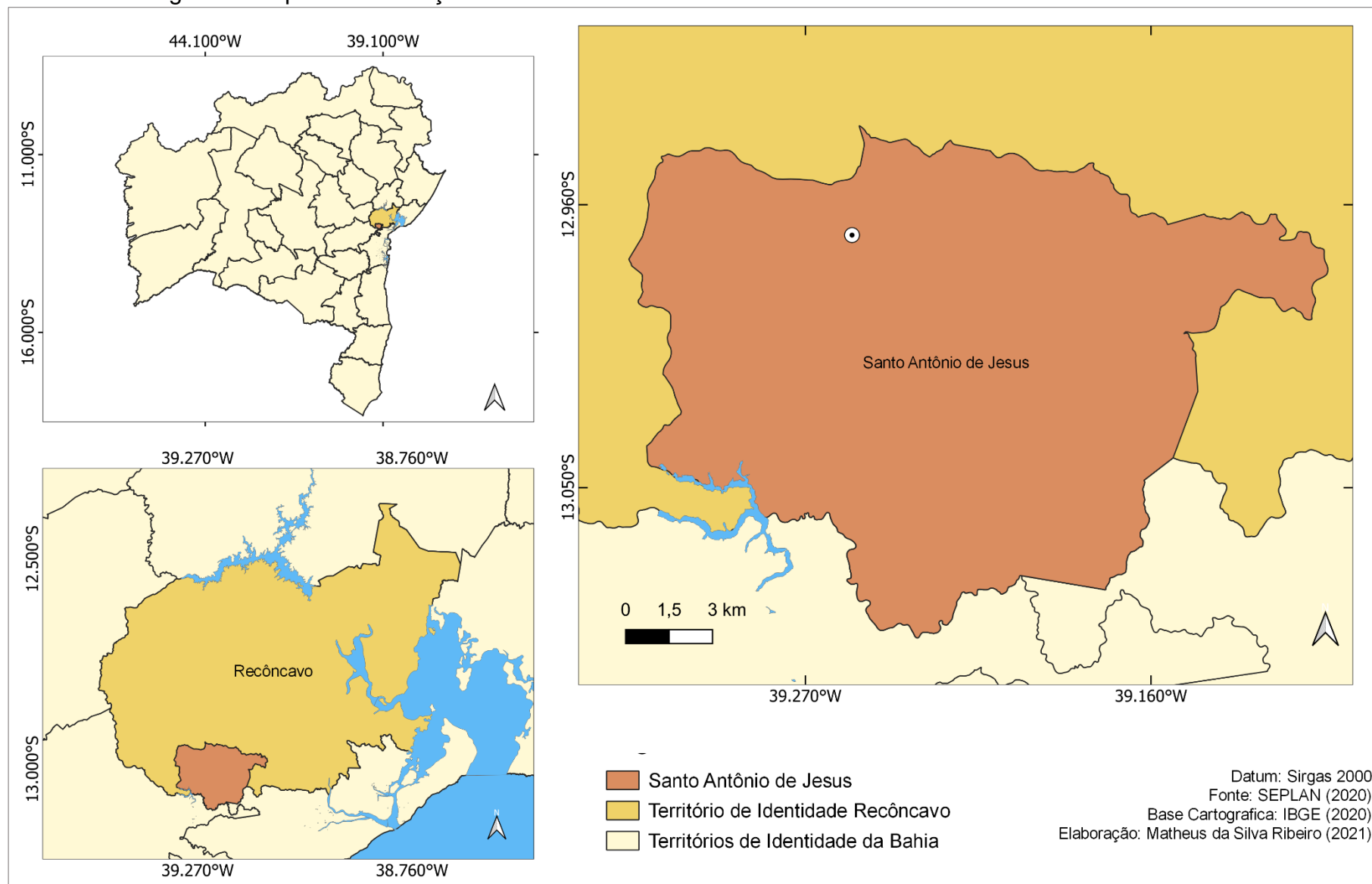
De acordo com a divisão territorial do IBGE, são municípios limítrofes com Santo Antônio de Jesus: ao norte, Dom Macedo Costa, Conceição do Almeida e São Felipe; a leste, Muniz Ferreira e Aratuípe; ao sul, Laje; e a oeste, São Miguel das Matas e Varzedo. O IBGE (2020), por meio do relatório da REGIC 2018, considera as cidades sedes desses municípios como centros locais, portanto, estão sob o raio de influência do centro sub-regional A. Além desses, outros centros locais e centros de zona da região do Recôncavo, do Baixo Sul, do Vale do Jiquiriçá e até mesmo do Portal do Sertão são influenciados por Santo Antônio de Jesus.

A classificação como Centro Sub-regional A⁷ ocorre em razão das atratividades econômicas e dos fluxos constantes de consumidores que utilizam serviços públicos e privados de saúde, bem como, do consumo no comércio local, principalmente nos ramos de vestuário, calçados, eletrodomésticos e móveis.

⁶ No ano de 2007, com inspiração nos territórios rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi proposta a regionalização da Bahia em 27 Territórios de Identidade, criada pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e apoiada em critérios multidimensionais, como socioculturais, socioeconômicos e socioambientais. Embora essa regionalização seja a vigente, recebe muitas críticas devido a metodologia utilizada, principalmente pelo uso do conceito de território de forma inapropriada à luz da Geografia. Outra crítica se dá na perspectiva de que para trabalhar com identidade é necessário o conhecimento do sentido de pertencimento das comunidades e uma discussão territorial mais aprofundada. Apesar das críticas, essa é a regionalização oficial do Governo do Estado, por isso sua utilização na pesquisa.

⁷ Segundo o IBGE (2020), tal classificação é feita a partir do cálculo da importância que cada polo tem para os municípios do entorno e com base no potencial que a cidade tem para atrair pessoas com objetivo de consumo de determinado serviço ou produto.

Figura 2: Mapa de localização de Santo Antônio de Jesus – BA no Território de Identidade Recôncavo



3.1 Centro, centralidade e a dinâmica do espaço terciário

Historicamente, as atividades terciárias pertencem a essência do espaço urbano; relatos de literaturas tradicionais apontam o surgimento do comércio relacionado ao sistema religioso, de modo que os empreendimentos comerciais costumavam se instalar próximos a Igreja Católica, pois existia a ideia de que a proximidade com a estrutura religiosa resultaria em proteção. Kotkin (2005) aponta que, em alguns contextos, o sistema religioso era responsável pelo controle das práticas comerciais e pelo ordenamento urbano, de forma que se tornou usual o comércio se estruturar no entorno da igreja, dando origem ao centro da cidade.

Ao longo dos anos, as atividades do setor terciário tornaram-se cada vez mais vinculadas aos hábitos urbanos, de modo que autores como Pintaudi (2002) expõem que é impossível pensar a cidade sem a dinâmica do terciário. O comércio e os serviços se estruturaram e em cada momento histórico assumiram lógicas locacionais, principalmente levando em consideração o deslocamento de pessoas e mercadorias.

Independentemente do tamanho da cidade, seja ela pequena, média ou uma metrópole, sempre haverá um centro, demonstrando o processo de convergência dos elementos urbanos, a necessidade de concentração de serviços e a diminuição dos deslocamentos humanos (VILLAÇA, 2001). No entanto, nem sempre esse centro estará associado a uma formação histórica ou política, já que a forma como o espaço urbano se estrutura, produz a concentração e a dispersão de pessoas como propõe Sposito:

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades, e em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam, para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispensor ao mesmo tempo (SPOSITO, 1991, p. 2).

Conforme a autora, o centro pode ser compreendido como um ponto de convergência das dinâmicas internas e externas, revelando centralidades em diferentes escalas, nas quais envolvem o dinamismo intraurbano e interurbano. Todavia, é necessário entender que o centro vai apresentar características específicas, conforme tamanho populacional, porte e localização da cidade junto aos

diferentes modais de transportes. Na pequena cidade, o centro é o local de consumo dos habitantes do próprio município, no entanto, é comum esse consumidor recorrer aos centros regionais e cidades médias que oferecem uma variedade de produtos e serviços.

Já nas cidades maiores, o centro tem o papel de atender a demanda local e regional, como reforça Corrêa (1995, p. 37), ao retratar que “a área Central se constitui no foco principal não apenas da cidade, mas de sua hinterlândia. Nela, concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intraurbanos”.

Recorrendo à historicidade do processo de centralização na escala-intraurbana, entende-se que se deu como uma necessidade no âmbito do capitalismo, desde o século XIX, quando ainda não havia facilidade de deslocamentos via meios de transporte. Por esse motivo, a população com maior poder aquisitivo concentrava-se próximo ao núcleo central. Entretanto, na medida em que o tecido urbano se estende, dá-se início ao processo de reestruturação urbana, o que promove a diminuição do uso do solo residencial na área central. Nas cidades industrializadas, a atividade industrial também deixa esse núcleo e passa a ocupar áreas periféricas.

No contexto brasileiro, a ascensão dos meios de transportes promoveu mudanças no uso do solo dos centros, sobretudo a partir da década de 1970, quando se vivenciava no país o incentivo ao rodoviarismo. Nesse período, a distância do centro deixava de ser um problema para parcela da população, composta por famílias de classes sociais mais favorecidas, que, desde então, segregavam-se em condomínios residenciais.

Com a diminuição do uso residencial dos imóveis, o centro passa a concentrar a estrutura política, religiosa e os órgãos da administração pública; o circuito financeiro, composto por agências e correspondentes bancários; supermercados, serviços diversos, comércio informal e atacadista, intensificando a concentração terciária e a heterogeneidade do centro (SINGER, 2017).

Logo, o centro terciário passa a desvincular-se do centro político e histórico, rompendo os limites impostos por leis municipais e planos diretores. Isso acontece quando as atividades de comércio e serviços se expandem e promovem novas centralidades. Historicamente, a função dos centros das cidades é absorver fluxos, mas, as características de cada centro foram e ainda se moldam conforme o tempo e as dinâmicas de cada realidade analisada. Por esse motivo, é importante

compreender as funções e as especificidades de cada cidade, bem como sua relação com a centralidade.

Nas cidades pequenas e médias o centro costuma ser único, diferente do que ocorre nas metrópoles e em algumas cidades médias com maior grau de urbanização, nas quais há a formação de subcentros. Para ser considerado um subcentro, conforme Souza (2003), as necessidades da população precisam ser atendidas ali mesmo, sem a obrigatoriedade do deslocamento para o centro hierarquicamente superior.

Mais comum ao espaço urbano da cidade média, as vias especializadas são resultado do desdobramento do centro e são estratégicas para a acumulação de capital, pois concentram fora do centro terciário alguns empreendimentos com funções afins. As vias e eixos especializados formam-se tradicionalmente em avenidas e ruas ligadas ao centro, nas quais exista significativo fluxo de pessoas, mas que não estejam saturadas. Na visão de Sposito (2001), a emergência desses eixos contribui com a complexificação da centralidade intraurbana, pois o centro permanece com quantidade de produtos, serviços e fluxos diversos, reafirmando o papel integrador territorial.

Corrêa (1995) chama esse processo de coesão. Segundo o autor, o fenômeno espacial está presente tanto na centralização, na qual o setor varejista se aglomera no centro da cidade (o que conflui para o direcionamento de consumidores para o mesmo local), como também nas áreas não centrais, onde se consolidam a especialização de serviços automotivos, salões de beleza, dentre outros.

Por esse motivo, a centralidade pode ser compreendida por meio de processos e elementos dinâmicos, de modo que não se limita às formas e a fixidez do centro, relaciona-se e ocorre onde há fluxos materializados e imaterializados. Portanto, uma centralidade pode ser “construída” e “desconstruída” conforme os interesses dos agentes urbanos, sobretudo do setor imobiliário, os quais lucram com a emergência das centralidades, pois com a formação de novas formas de comércio e serviços, o solo passa a agregar diferentes usos e valores.

Como sugere Corrêa (1995), por conta da saturação do centro da cidade, dos valores de aluguéis, impostos, violência urbana, congestionamentos e custos com transportes, considerando ainda a articulação e fragmentação do espaço, há uma tendência de descentralização da atividade terciária. Nesse sentido, Sposito (2001) aponta que:

O aumento do número de áreas centrais produz duas dinâmicas econômicas territoriais correlatas entre si: a da descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a recentralização dessas atividades. Essas dinâmicas ocorrem através de iniciativas de duas ordens, que se dão simultaneamente: a de surgimento de novas atividades e estabelecimentos comerciais e de serviços fora do centro principal e a localização, em novos centros, de atividades e estabelecimentos que antes estavam restritos ao centro principal. (SPOSITO, 2001, p. 236).

Entende-se que há uma relação dinâmica entre os processos de descentralização e recentralização. O comércio e os serviços deixam de estar apenas no centro e buscam novas áreas que ofereçam benefícios, como segurança, infraestrutura, logística e saneamento. Nesse contexto, os *shopping centers* ganham notoriedade, pois, além de atrair comerciantes para o empreendimento, favorecem novas centralidades e contribuem com a valorização das áreas no seu entorno, conforme destaca Cleps (2005):

Como modalidade comercial que requer grandes áreas para a sua instalação, os shopping centers criam uma nova centralidade nos locais onde são construídos, dinamizam o espaço do seu entorno, atraem formas comerciais e de serviços (CLEPS, 2005 p. 268).

Além disso, a autora reforça que esses empreendimentos atraem a atenção do poder público, por investirem em infraestrutura. Em muitos casos, após a instalação de *shopping centers*, torna-se necessário investir em pavimentação de ruas, abertura de retornos e rotatórias, além da criação ou melhoria das redes de água, luz e esgoto.

Esses centros comerciais, geralmente, são instalados fora dos centros tradicionais, pois precisam de facilidade de acesso e fluidez. Em sua estruturação, recriam o papel desempenhado pelo centro tradicional em uma estrutura privada. Não promovem especialização, mas agregação de diferentes serviços e ramos comerciais em um único espaço de consumo. Logo, empresas que estariam distribuídas no centro da cidade ocupam o mesmo prédio, o que, conseqüentemente, resulta em múltiplos fluxos de trabalhadores e consumidores.

Não apenas os *shoppings*, mas os supermercados e as empresas de grandes redes atuam como agentes responsáveis pela (re)configuração dos espaços intraurbano e interurbano, haja vista que as centralidades também podem ser regionais (SPOSITO, 2001). Desse modo, na escala intraurbana das cidades, os

supermercados, tradicionalmente, seguem a lógica de serem instalados nas vias e eixos com maior circulação de pessoas e que ofereçam facilidade de acesso ao consumidor.

Já na escala regional, a estratégia é abrangente, conforme Sposito e Sposito (2017):

As lógicas econômicas e espaciais das empresas têm, assim, a capacidade de reafirmar a hierarquia ou a posição que as cidades ocupam na rede urbana, não como tamanho demográfico, mas como combinação entre situação geográfica e nível de complexidade de seus papéis e funções (SPOSITO; SPOSITO, 2017, p.467).

A lógica espacial das empresas terciárias não se limita à dinâmica intraurbana, relaciona-se com movimentos regionais. A escolha da cidade onde será instalada uma empresa passa por uma criteriosa análise dos empresários, os quais prezam por redução de despesas e, na tentativa de ampliar o alcance territorial do empreendimento, buscam os centros urbanos com função de polarização.

Não apenas a iniciativa privada funciona desse modo, o mesmo acontece com a instalação dos equipamentos públicos, norteadas por meio de estratégicas análises espaciais. O Estado, tradicionalmente, constrói universidades, hospitais, clínicas, entre outras estruturas de serviços nas cidades que já exercem influência regional. É importante pensar que no contexto da recepção dos investimentos governamentais, pode ocorrer a influência de diferentes agentes urbanos e de políticos, que têm poder para redirecionar a alocação de equipamentos no espaço urbano e privilegiar seus aliados. Portanto, na escala interurbana, a empresa terciária e o Estado reafirmam o papel de centralidade exercido pela cidade.

3.2 Setor terciário e seus desdobramentos em Santo Antônio de Jesus

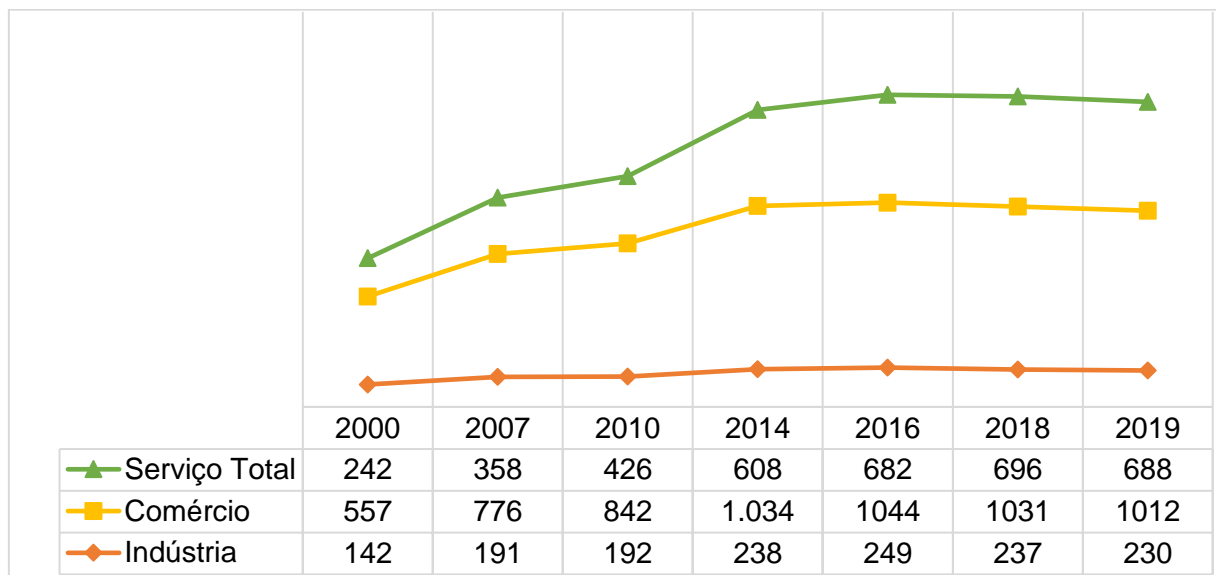
O setor terciário, composto pelas diversas atividades formais e informais de comércio e de serviços, é o principal agente responsável pela estruturação e reestruturação das áreas centrais, logo, também é responsável pela organização e reorganização do espaço urbano e regional. Como abordado anteriormente, a relação de Santo Antônio de Jesus com a atividade terciária vem desde sua formação e, ao longo dos anos, sua expansão urbana, suas alterações morfológicas, bem como seu crescimento econômico, estiveram associadas à ação do terciário.

Ao fim da década de 1990 e ao início dos anos 2000, diversas foram as inserções de equipamentos públicos em Santo Antônio de Jesus. Logo, motivaram transformações estruturais que, conseqüentemente, influenciaram na dinâmica urbana e regional, atraíram fluxos e motivaram a instalação de empresas locais, no centro e em várias partes da cidade.

Conforme dados da SEI (2020) e do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), a quantidade de firmas registradas no município, nos ramos de indústria, comércio e serviços foi crescente, desde 1960, quando 127 empresas do ramo de serviços já haviam sido registradas. No ano 2000, havia 242 empresas, chegando em 2019 com a soma de 688 registros, apenas no ramo de serviços (Figura 3).

Os números crescentes em outros ramos foram notadamente perceptíveis no cotidiano da cidade, que passou a receber estabelecimentos de grandes redes, como: Americanas, Casas Bahia, Drogasil, Magazine Luiza e Atacadão S.A, e pelas lojas franqueadas⁸ de grandes marcas, como Cacau Show, O Boticário, Hering, Arezzo, Bob's e Subway. Esses empreendimentos passaram a contribuir com a dinamização terciária junto aos empreendimentos já existentes no município.

Figura 3: Quantidade de empresas por ramo de atividade, 2000 - 2019



Fonte: SEI (2020) - Organizado por Matheus da Silva Ribeiro (2020).

⁸Conforme a lei nº 13.966, de 2019, franquia é um sistema no qual o detentor de uma marca cede a um empresário o direito de uso da marca e ainda o direito de distribuição exclusiva de produtos ou serviços.

Entre 2014 e 2016, a quantidade de empresas nos ramos de indústria e serviços aumentou significativamente em 4,62% e 12,17%, respectivamente. Enquanto isso, no ramo de comércio, o aumento foi de 0,96%, expondo uma tendência de declínio, que apareceu entre 2016 e 2018 como um dado negativo de -1,24%. Nesse mesmo intervalo, a indústria apresentou taxas negativas, de - 4,81% e apenas o setor de serviços cresceu, com taxa de 2,05%.

Os dados negativos expostos após o ano de 2014 seguem o movimento que a Bahia e o Brasil ingressaram, quando, segundo o CEMPRE (2020), o número de fechamento de empresas superou a abertura. O fechamento de empresas estava relacionado à crise econômica que o país enfrentava, impulsionada principalmente pelas incertezas geradas pelo *impeachment*⁹ da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). O encerramento das atividades do Consórcio Estaleiro Paraguaçu (CEP), que funcionava em Maragogipe¹⁰, também causou perdas ao terciário de Santo Antônio de Jesus, que durante o funcionamento do empreendimento exerceu a função de cidade-dormitório para os trabalhadores.

No ano de 2019, outras empresas foram desativadas, e todos os setores apresentaram índices negativos: indústria -2,95%, comércio -1,84% e serviços - 1,14%. A previsão para o ano de 2020 é que as taxas sejam negativas novamente, devido ao impacto causado pela pandemia do novo coronavírus, que motivou o fechamento de empresas, entre elas, a fábrica de calçados *Ramarim*, que empregava cerca de 300 trabalhadores.

A fábrica atuava no município por meio da política de incentivos fiscais do Governo do Estado, que são isenções tributárias concedidas pela União, por estados e municípios à iniciativa privada. Todavia, antes, ocorre a “guerra fiscal”, processo no qual municípios e estados entram em disputa para ver quem oferece os melhores benefícios para uma empresa que busca um território para se instalar. Normalmente, há redução na alíquota dos impostos estaduais e municipais, dentre eles o Imposto

⁹O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) ocorreu em 31 de agosto de 2016, sob acusação de ter feito manobras fiscais para manter o equilíbrio nas contas do Executivo. Por outro lado, setores da esquerda afirmam que foi um golpe, pois outros presidentes e governadores já haviam realizado e continuam a realizar as mesmas práticas. Outro fato é que após a votação do *impeachment*, por meio da Lei 13.332/2016, foi flexibilizada a abertura de créditos suplementares pelo Governo Federal sem consulta ao Legislativo.

¹⁰O consórcio era formado pelas construtoras Constran, *Odebrecht* e OAS. As atividades foram encerradas devido à crise econômica na Sete Brasil, que na época era uma das principais parceiras do consórcio. Além disso, algumas empresas se desestruturaram após denúncias de corrupção.

Sobre Circulação de Mercadoria (ICMS). Anteriormente, no mesmo local da *Ramarim*, funcionava outra fabricante de calçados, a Dal Ponte¹¹, que deixou o município e declarou falência.

Os problemas causados pela pandemia atingiram diferentes setores. Em uma breve caminhada pelas ruas da cidade, em específico nas proximidades das universidades, é possível perceber casas e sobrados fechados com placas indicando que estão disponíveis para aluguel, pois, com as aulas on-line, os estudantes voltaram para seus locais de origem. O mesmo acontece com pontos comerciais e de serviços que fecharam, visto que, os proprietários não conseguiram manter o funcionamento das empresas ao longo do período de maiores restrições.

Embora a atividade terciária tenha passado por uma crise após o ano de 2014, o Produto Interno Bruto Municipal continuou crescente. No ano de 2018, conforme dados do IBGE (2020), 83,16% do PIB municipal foi composto pela atividade terciária. Ao analisar esse indicador econômico dos municípios que compõem o Território de Identidade do Recôncavo, foi possível perceber que Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas apresentam os maiores índices.

No entanto, Cruz das Almas, que tem uma significativa expressão regional e abriga um do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), nos anos 2010, 2014 e 2018 apresentou PIB 115%, 118% e 121%, respectivamente, menores que Santo Antônio de Jesus (quadro 2). Além disso, a participação de Cruz das Almas no PIB da Bahia, em 2018, foi de 0,34%, enquanto que o de Santo Antônio de Jesus foi de 0,76%, sendo a maior participação entre os municípios do Território de Identidade do Recôncavo (SEI, 2021).

Os dados demonstram a consolidação da centralidade regional exercida pela cidade em tela, que tem forte atratividade econômica e recebe múltiplos fluxos de consumidores para utilizar os serviços públicos e privados de saúde, de educação, dos serviços financeiros, emissão de documentos, aquisição de produtos no comércio varejista e atacadista, além da feira livre e do comércio informal de rua, que contribui com o dinamismo urbano.

¹¹Conforme matéria de Valente (2013), publicada em um blog de notícias, a empresa decretou falência em 29 de abril de 2013. Ficaram desempregados 792 trabalhadores, muitos precisaram recorrer à justiça para receberem seus direitos trabalhistas.

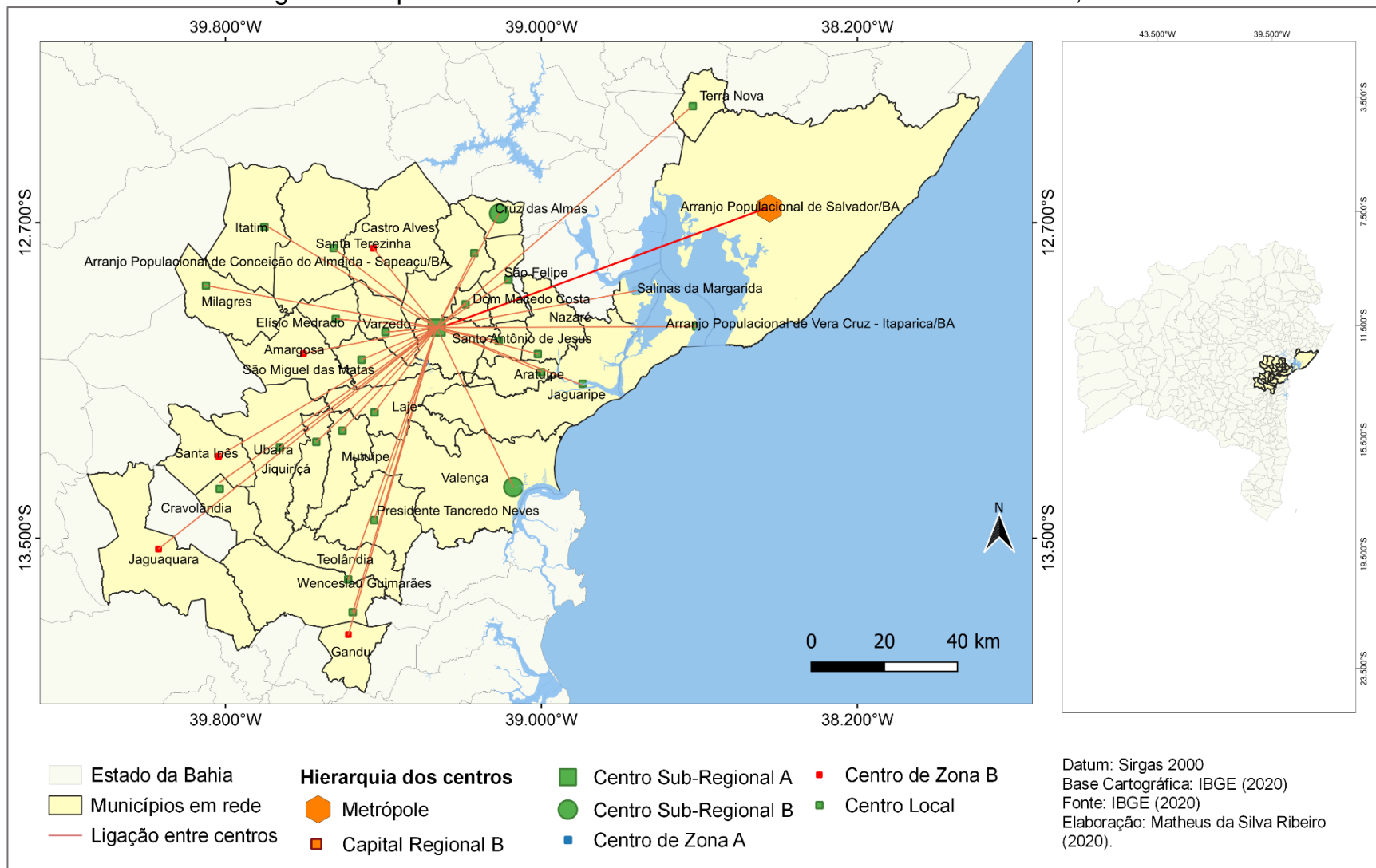
Quadro 2: Produto Interno Bruto – Municípios do Território de Identidade Recôncavo, 2010 – 2018

Município	PIB em milhões (2010)	PIB em milhões (2014)	PIB em milhões (2018)	Participação do Município no PIB BA 2018 (%)
Cabaceiras do Paraguaçu	61,95	113,45	118,31	0,04
Castro Alves	145,48	278,31	275,78	0,01
Cachoeira	247,57	429,67	473,57	0,17
Conceição do Almeida	95,22	194,28	268,92	0,09
Cruz das Almas	507,28	809,37	984,68	0,34
Dom Macedo Costa	17,24	26,7	32,12	0,01
Governador Mangabeira	101,47	161,34	179,46	0,06
Maragogipe	197,61	547,24	331,03	0,12
Muniz Ferreira	28,99	41,94	50,55	0,02
Muritiba	158,54	247,05	250,73	0,09
Nazaré	154,39	227,82	262,00	0,09
Salinas	79,97	146,24	165,52	0,06
Santo Amaro	438,78	647,29	811,06	0,28
Santo Antônio de Jesus	1088,69	1766,38	2176,01	0,76
São Felipe	103,57	163,86	186,88	0,07
São Félix	95,46	148,31	208,07	0,07
Sapeaçu	104,59	147,66	164,72	0,06
Saubara	71,14	107,07	133,36	0,05
Varzedo	45,06	R\$ 65,49	100,69	0,04

Fonte: SEI, 2021 – Organização: por Matheus da Silva Ribeiro, 2021.

O entendimento da centralidade expressa por Santo Antônio de Jesus é exposto por meio dos dados do relatório da REGIC 2018. Os dados apresentados pelo IBGE (2020) mostram que a cidade é destino de consumidores de trinta e um municípios, localizados em um raio de até 100 km de distância. São dois centros sub-regionais B (Cruz das Almas e Valença); cinco centros de zona B (Gandu, Jaguaquara, Amargosa, Santa Inês e Castro Alves) e mais vinte e quatro centros locais, os quais expressam maior grau de dependência terciária do centro sub-regional A (figura 4).

Figura 4: Mapa Rede de Influência da cidade de Santo Antônio de Jesus, 2018



Pode-se afirmar que há uma relação de complementaridade entre Santo Antônio de Jesus e seu entorno. A cidade em tela estruturou-se por meio da interação socioespacial das redes, que, segundo Corrêa (1989), são resultado da divisão territorial do trabalho, que motiva a geração de especializações produtivas, de modo que apenas a população local não asseguraria tal função terciária.

O comércio diversificado de gêneros alimentícios, eletrônicos, calçados, vestuário e acessórios é um importante atrativo da cidade, não apenas nas grandes lojas, mas também na feira livre e no comércio de rua que apresentam diversidade de produtos, principalmente aos sábados, quartas e sextas-feiras. O relatório da REGIC expõe que Santo Antônio de Jesus tem sua centralidade definida pela forte atração de consumidores, por diferentes seguimentos do terciário. Na pesquisa do IBGE (2018), 30 cidades do país aparecem como centralidades para aquisição de móveis e eletrodomésticos, sendo Santo Antônio de Jesus a 9ª mais atrativa. Já para o consumo de vestuário e calçados, a cidade é classificada como o 21º centro urbano mais atrativo.

O relatório ainda apresenta dados relacionadas à saúde, uma vez que os serviços de baixa e média complexidade¹² ofertados em Santo Antônio de Jesus reforçam a centralidade. Normalmente, só se desloca a Salvador ou Feira de Santana em busca de atendimentos especializados de grande complexidade.

Ainda de acordo com os dados da REGIC de 2018, a cidade é considerada uma das maiores receptoras de fluxos, ocupando a 22ª posição, no fator de atratividade para utilização dos serviços médicos. Essa atratividade pode ser compreendida pela função do Hospital Regional, inaugurado em dezembro de 2009 e que atualmente atende a população de todos os municípios que compõem a microrregião¹³ de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, conforme a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB).

¹² Conforme o Sistema Único de Saúde, serviços médicos de baixa e média complexidade compreendem a consultas médicas e odontológicas, serviços ortopédicos, exames clínicos e radiológicos, fisioterapia e pequenas cirurgias, além desses, os atendimentos que não impliquem em internação (SUS, 2021).

¹³ A SESAB, para definir quais municípios são cobertos pelo Hospital Regional, utiliza regionalização própria, com critérios diferentes da regionalização dos territórios de identidade. A própria secretaria intitula a região coberta pelo hospital como “microrregião de Santo Antônio de Jesus - Cruz das Almas”. Conforme a SESAB (2020), o equipamento atende uma população de cerca de 800 mil habitantes, dos municípios que compõem a microrregião.

Além do Hospital Regional, segundo a SESAB, a Policlínica Regional Reconvale¹⁴ oferta consultas e exames a população de 27 municípios do Recôncavo e do Vale do Jiquiriçá. Ainda pode-se destacar o papel desempenhado pelo Hospital e Maternidade Luiz Argolo, que dispõe de infraestrutura para realização de partos e que está em processo de estruturação para tratamento oncológico ainda em 2021. E os equipamentos da rede privada, como o Hospital Instituído de Cardiologia do Recôncavo (INCAR), referência em cardiologia; o Hospital Santo Antônio e as clínicas com as diversas especialidades.

Devido à infraestrutura médica ofertada, apenas os atendimentos de alta especialização ou complexidade médica são buscados na capital regional B (Feira de Santana) ou na Metrópole (Salvador). Em alguns casos, essa busca ocorre por questões burocráticas com planos de saúde.

Os equipamentos educacionais são responsáveis pelo elevado fluxo de estudantes que buscam equipamentos de ensino superior, como a UNEB, que oferta cursos de licenciatura (Geografia, História, Letras Vernáculas, Inglês e Espanhol), bacharelado (Administração), além do mestrado acadêmico em história e o mestrado profissional em letras. A UFRB, inaugurada em 2005, oferta cursos na área de saúde - Medicina, Nutrição, Psicologia e Enfermagem. No nível médio, há o Instituto Federal da Bahia (IFBA), com cursos tecnólogos. Há na cidade instituições privadas, como: a Faculdade de Ciências Empresariais (FACEMP), Faculdade Pitágoras e Universidade Salvador (UNIFACS), que ofertam diversos cursos tecnólogos, licenciatura e bacharelados, além dos polos de educação à distância.

Conforme Henrique (2012), as universidades atuam como importantes agentes da produção do espaço urbano e regional, pois, além de cooperarem com o desenvolvimento educacional, contribuem economicamente e politicamente. A UFRB, aberta em 2005, é um bom exemplo de como a instalação de uma universidade pode modificar o espaço urbano. A chegada do equipamento para a cidade motivou o processo de estruturação do bairro Cajueiro e, conseqüentemente, influenciou no processo de valorização do solo e na especulação imobiliária.

¹⁴ Segundo a SESAB (2020), a policlínica de Santo Antônio de Jesus atende os municípios: Amargosa, Aratuípe, Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Presidente Tancredo Neves, Salinas da Margarida, Santa Teresinha, São Felipe, São Miguel das Matas, Ubaira, Varzedo. Os atendimentos são de média complexidade, ofertados conforme perfil epidemiológico da região.

A chegada do equipamento educacional aqueceu o mercado imobiliário de Santo Antônio de Jesus, tornando o bairro localizado na franja urbana um dos maiores receptores de investimento dos agentes imobiliários, assim como do poder público. Nesse processo, alguns dos “vazios urbanos” apontados pelo PDDU (SAJ, 2002) passaram a ser loteados e transformados em condomínios fechados. Segundo Mota (2009), a cada processo seletivo a procura crescia e em alguns momentos a demanda era maior que a oferta, logo, os preços dos imóveis e dos lotes foram elevados. Assim, simultaneamente ao aumento dos preços dos aluguéis, a estruturação precária de moradias também se tornou uma realidade.

Não apenas a URFB foi responsável por tais transformações, a UNEB e as faculdades particulares também motivaram o movimento pendular e as migrações mais constantes que, conseqüentemente, promovem crescimento demográfico. O movimento migratório de estudantes, profissionais técnicos e professores favorece o consumo de bens e serviços ofertados na cidade, de modo que o poder de compra, sobretudo dos profissionais e professores, tende a ser superior à renda média da população local (MOTA, 2009).

Além da infraestrutura dos serviços médicos e educacionais de Santo Antônio de Jesus que motivam o deslocamento de pessoas, um dos melhores momentos para o comércio local é o período junino, que expressa a centralidade sazonal. Durante o São João, turistas de diferentes contextos territoriais do Brasil hospedam-se em hotéis ou alugam casas na cidade, como resultado, contribui com o aumento significativo dos fluxos nos espaços de consumo.

No contexto de Santo Antônio de Jesus, os festejos iniciam em 29 de maio, com as celebrações do aniversário da cidade. Do dia 31 de maio até 13 de junho, acontecem as celebrações em homenagem ao padroeiro da cidade, Santo Antônio. Durante treze dias acontecem missas, procissões e carreatas nas ruas da cidade. No dia 24 de junho, a igreja católica celebra o dia do santo popular, São João.

A festa de São João em Santo Antônio de Jesus figura entre as maiores da Bahia. O evento promovido no município não segue os padrões tradicionais religiosos, dado que, ao longo dos anos, a celebração cristã perdeu a centralidade em razão das festas de largo, as quais contam com grandes infraestruturas montadas para apresentação de artistas regionais e de influência nacional. Além dos *shows* em espaço público, as festas privadas também são atrativas. Cita-se o Festival do Lago

e o Forró do Tio Zé, que em 2019 tornou-se um camarote da festa de largo, promovida pela Prefeitura Municipal e o Governo do Estado.

Embora Santo Antônio de Jesus, em relação ao terciário, polarize Cruz das Almas, Amargosa e Conceição do Almeida, esses três municípios disputam a centralidade dos festejos juninos. Os prefeitos buscam contratar artistas nacionalmente influentes e, conforme Castro (2012), disputam principalmente os turistas de Salvador. Para isso, fazem investimentos em campanhas publicitárias e de *marketing* na TV, rádios e em *outdoors*. O autor cita a ação promovida pela Prefeitura de Amargosa, que inseriu propagandas nas telas das salas de cinemas do *Shopping Iguatemi* (atual *Shopping da Bahia*).

Os festejos juninos se consolidaram como uma das principais estratégias das prefeituras para movimentar a economia local. A centralidade sazonal junina, além de promover o aumento do rendimento do comércio formal, permite aos informais assegurarem o sustento por vários meses do ano, em especial, aqueles que conseguem autorizações para instalarem barracas no circuito do evento. Portanto,

Fica clara a ideia de que as festas promovidas pelas municipalidades são para os moradores locais ganharem dinheiro e para a prefeitura inserir a cidade nos meios de comunicação, mantendo a cidade em posição privilegiada no circuito junino baiano (CASTRO, 2012, p. 291).

Durante os dias de festa são injetados milhões de reais na economia local, o que garante contratações temporárias de trabalhadores para hotéis, supermercados, bares e lojas de confecções. Desde o fim da Micareta¹⁵ e da Expo Mandioca¹⁶, o São João tornou-se o principal festejo da cidade. Outro evento que mobiliza deslocamentos, porém, não tão significativos, é o festival de música evangélica, *Show da Paz*.

Uma das atividades econômicas diretamente beneficiadas com os festejos juninos é a feira livre local, a qual recebe seus maiores fluxos de consumidores, sendo

¹⁵ Micareta é uma festa popular carnavalesca de rua que acontece fora do período do carnaval. Em Santo Antônio de Jesus, acontecia no mês de maio. Deixou de ser realizada na década de 1990, quando a prefeitura e a associação comercial passaram a realizar o São João.

¹⁶ A Expo Mandioca era uma exposição organizada pela prefeitura municipal de Santo Antônio de Jesus. Tinha como objetivo promover a mandiocultura, incentivar a fabricação dos derivados e expor a produção agrícola local. Ademais, empresários locais e regionais expunham suas marcas e produtos e, durante os dias do evento, funcionavam espaços recreativos com apresentações musicais, bingos, leilões, cursos e palestras.

a “feira de roupa”, com seus baixos preços, uma das mais requeridas pelo público¹⁷. Durante essa época do ano, a feira de confecções passa por um processo de perenização, acontecendo durante vários dias da semana. Inclusive, comerciantes de outros municípios se instalam em Santo Antônio de Jesus buscando lucrar com o aumento da circulação de pessoas.

Não apenas no período junino, mas durante o ano inteiro, as atividades do comércio informal de rua contribuem com a reafirmação das centralidades regional e intraurbana. Em vários locais do centro da cidade ocorre a disputa do espaço público pelo comércio popular que, ao longo do tempo, vem tornando-se cada vez mais diversificado e atrativo, de modo que os setores formal e informal atuam em competitividade e complementaridade.

Toda dinâmica terciária que envolve o comércio e os diferentes ramos de serviço fez da cidade em tela um centro sub-regional com centralidade consolidada. Santo Antônio de Jesus foi favorecida com o declínio das centralidades de Cachoeira e Nazaré, ocasionado pela imposição do transporte de pessoas e mercadorias por vias rodoviárias e, posteriormente, com a implementação do sistema de *ferry boat*, que fez “diminuir” as distâncias entre as cidades da região e Salvador. Portanto, diante de tais processos, a posição de Santo Antônio de Jesus na rede urbana regional foi beneficiada por sua localização geográfica, pela ação de empresários e por meio dos investimentos públicos direcionados pelo Estado via instalação de equipamentos urbanos.

3.3 O Uso do solo urbano no centro de Santo Antônio de Jesus

O centro das cidades são lugares de trocas e conflitos, nestes, o espaço é organizado e reorganizado de acordo com os interesses dos agentes urbanos, que visam ao lucro. Além disso, no sistema capitalista, o solo urbano é considerado uma mercadoria, conseqüentemente, os detentores do capital se beneficiam por conseguirem se instalar em locais favoráveis ao consumo.

Na maioria das vezes, o centro é esse local, sobrevalorizado, pois agrega diferentes fluxos, intraurbanos e/ou regionais, quando a cidade exerce alguma

¹⁷ Matérias de jornais e programas de televisão de circulação estadual e nacional como Estadão e Mosaico (TV Globo) já destacaram importância da feira de roupa de Santo Antônio de Jesus.

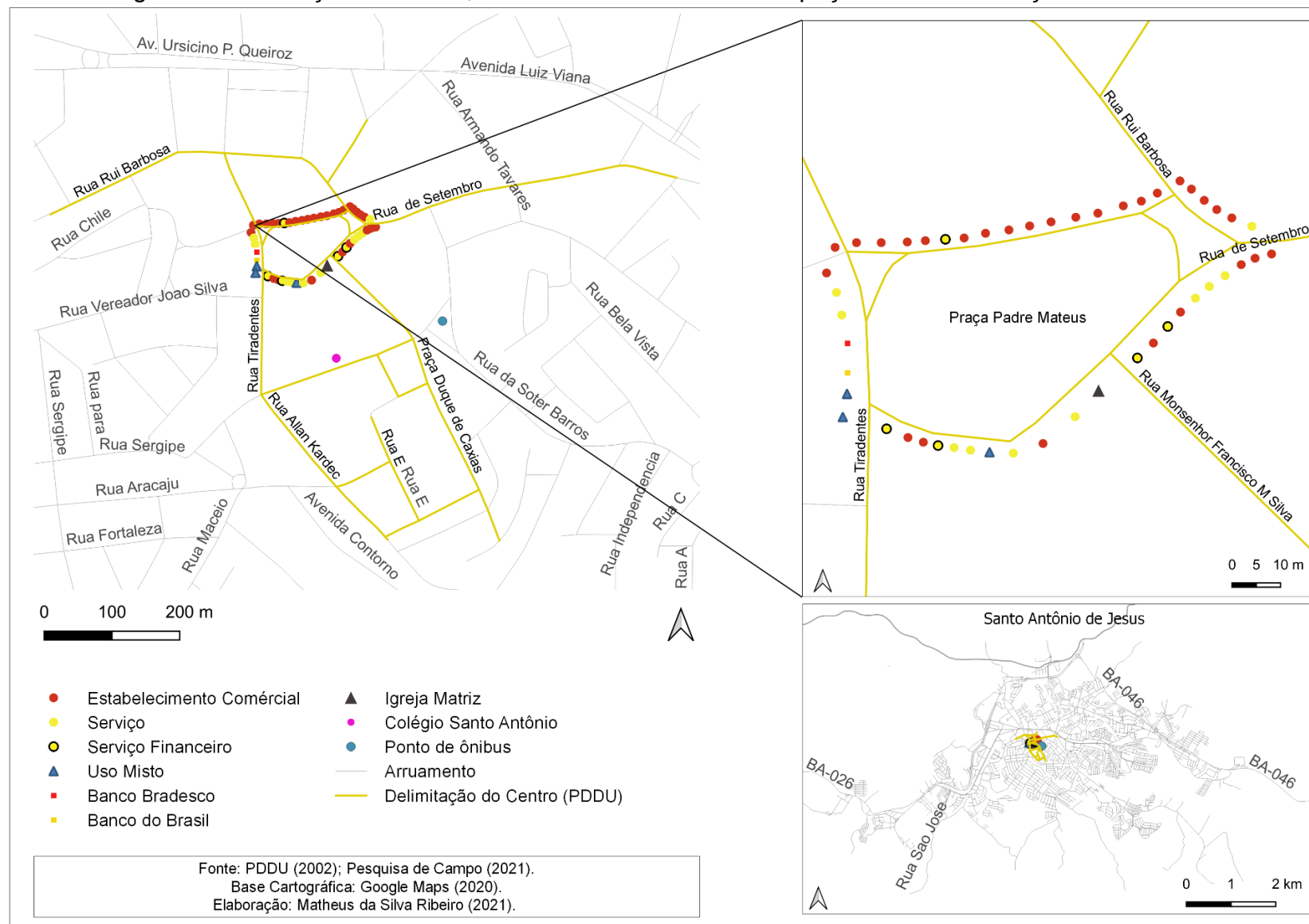
centralidade junto às localidades e municípios do entorno. Sposito (2001) chama atenção que para o entendimento da estrutura interna das cidades, é preciso pensá-las como um espaço em contínua transformação, de modo que

[...] é fundamental não considerar apenas seus usos de solo, mas também e, sobretudo, os fluxos gerados pelo arranjo resultante do que está localizado no território urbano (na escala intra e interurbana), eles mesmos estruturadores do espaço urbano e da constituição de redes urbanas (SPOSITO, 2001, p. 235).

No contexto de Santo Antônio de Jesus, a organização espacial do centro segue a tradicional estruturação de outras tantas cidades brasileiras. O centro se instituiu, originalmente, no local do primeiro núcleo de povoamento não indígena, no entorno da Igreja Matriz, e, ao longo do tempo, diferentes formas e funções se estruturaram. A princípio, o centro concentrava a população de maior poder aquisitivo, no entanto, com a expansão do tecido urbano, especulação imobiliária e os transportes, houve a substituição de usos, então, hoje concentra grande parte da atividade terciária desenvolvida no município.

De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (SAJ, 2002), o centro da cidade de Santo Antônio de Jesus é a Praça Padre Mateus e seu entorno, estendendo-se até a Praça Duque de Caxias. Nela, acontece a Feira Livre e é possível encontrar as ruas Tiradentes, Alan Kardec, Monsenhor Antônio Oliveira e Monsenhor Ferreira Manoel. Ao norte, as travessas Antônio Argolo e Quinze de novembro; as ruas Landolfo Alves e Gorgônio José de Araújo; e, ainda, as avenidas Sete de Setembro e Rui Barbosa (Figura 5).

Figura 5: Delimitação do centro, conforme PDDU 2002 e ocupação formal da Praça Padre Mateus



As ruas e avenidas nas adjacências da Igreja Matriz e da Praça Padre Mateus, definidas como, centro pelo PDDU, é onde existe atividade terciária densa e diversificada. Não há especialização ou mesmo zoneamento quanto ao uso e ocupação do solo, que ocorre por empreendimentos de diversos portes e ramos.

No entorno da Praça Padre Mateus, por exemplo, além dos serviços bancários e financeiros, há hotéis, escritórios de contabilidade, lojas de departamento, vestuário, eletrodomésticos, móveis, materiais de construção, produtos agrícolas, padarias, lanchonetes, restaurantes e estacionamentos privados. Nessa área, diariamente, ainda ocorre a disputa por uso do território, por vendedores ambulantes, que ocupam a praça e as calçadas com itens de vestuário, acessórios, frutas e legumes.

Expandindo-se para além do entorno da Praça Padre Mateus, outras ruas do centro apresentam concentração de atividades terciárias, como a Avenida Sete de Setembro, onde a ocupação do solo acontece de forma mista, tanto pelo uso terciário, quanto pelo uso residencial. Por ser uma área de valorização econômica, as residências são de médio padrão, no entanto, possivelmente nos próximos anos, as residências darão lugar à expansão do terciário, até então não é especializado. A avenida é ocupada por lojas de vestuário, de acessórios e assistência técnica (para celulares, *tablets* e computadores), *pet shops* e lojas de produtos agrícolas e veterinários, além de venda de bicicletas e acessórios, farmácias, academia de ginástica, clínicas de estética e atendimento odontológico.

A Rua Monsenhor Francisco Manoel Silva, conhecida como Rua dos Correios, passa por um incipiente processo de verticalização e é considerada um dos dilemas do centro de Santo Antônio de Jesus. Nela, concentra-se um grande fluxo de pessoas, pois é um dos principais acessos à feira livre; e onde estão localizados a agência dos Correios, estabelecimentos comerciais de vestuário, óticas, sapatarias e lojas de acessórios para celular. Além disso, dá acesso ao Colégio Santo Antônio, um dos mais tradicionais da cidade, e a um importante ponto de ônibus coletivo, que permite deslocamento para diferentes áreas periféricas.

Por ser uma área de centralidade que agrega diferentes fluxos de pessoas, a atividade informal encontrou ali os atributos necessários para sua expansão. As calçadas e as bordas da rua foram ocupadas por comerciantes informais de vestuário, calçados, acessórios para celular, relógios e alimentos. Como consequência desse adensamento do uso privado do espaço público, as calçadas tornaram-se ainda mais

estreitas e a faixa de estacionamento de veículos é parada para os “carros de mão”, barracas desmontáveis e veículos de mercadorias (figuras 6 e 7).

Sobre esse fenômeno urbano, Montessoro (2006) reflete:

As ligações dos camelôs e ambulantes com o espaço público são vitais e reflete também a relação com o centro, uma vez que a busca por melhores localizações é que determina e é determinante no que tange à circulação das mercadorias, uma vez que o consumo se concretiza de maneira acirrada onde a clientela se faz presente (MONTESSORO, 2006, p. 364).

A autora ainda afirma que uma das principais questões discutidas em relação ao espaço público é esse uso, por ambulantes e camelôs, o que leva o Estado, muitas vezes por meio das prefeituras (ações impopulares), a remover esses comerciantes. Em muitos casos, a relocação ocorre em locais onde a circulação de pessoas é menor, o que conseqüentemente prejudica a comercialização dos produtos.

Embora atualmente a área esteja ocupada, no ano de 2011, os comerciantes desse mesmo espaço e do entorno da praça foram realocados para a feira livre, para uma espécie de “camelódromo”. No entanto, novos comerciantes voltaram a ocupar as calçadas e não houve o acompanhamento pela prefeitura para que a mobilidade não fosse prejudicada. Sobre essa questão, a Secretária de Infraestrutura do Município¹⁸ afirmou, em entrevista, que entre as ações para melhoria da mobilidade no centro, a prefeitura vem estudando uma forma de desterritorializar os comerciantes. Todavia, enfatiza que a rua é a fonte de renda dessas pessoas, portanto, essa mudança não pode ser feita sem o devido cuidado. A secretária ainda aponta que o destino não seria a feira livre, pois a atual estrutura não comporta novos “barraqueiros”.

¹⁸ Pesquisa de campo (2020): entrevista com a Secretária de Infraestrutura do Município de Santo Antônio de Jesus.

Figura 6: Comércio informal ao lado da Igreja Matriz – Área central de Santo Antônio de Jesus, 2020



Fonte: Matheus da Silva Ribeiro, 2020.

Figura 7: Comércio informal ao longo da Rua Monsenhor Francisco - Área central de Santo Antônio de Jesus, 2020



Fonte: Matheus da Silva Ribeiro, 2020.

As ruas no entorno da Praça Duque de Caxias (figura 8), onde ocorre a feira livre, são ocupadas por ambulantes e vendedores informais, mas, além desses, existem os empreendimentos, que por questões estruturais, são considerados formais¹⁹. Cita-se alguns prestadores de serviços diversos, como barbearias,

¹⁹ É importante refletir que nem toda empresa com estrutura fixa é considerada formal. Por exemplo, existem estabelecimentos com estruturas fixas, porém, sonegadas de impostos, que contratam trabalhadores ilegalmente. Logo, esses trabalhadores podem ser considerados informais (MONTESSORO, 2006).

contabilidades, bares e restaurantes, lava-jatos e oficinas mecânicas. Quanto ao comércio, são ocupadas, principalmente, por lojas de produtos veterinários e agrícolas, lojas de embalagens, supermercados, açougues e pequenos distribuidores de alimentos.

Figura 8: Praça Duque de Caixas - Feira Livre



Fonte: Matheus da Silva Ribeiro, 2020.

A estrutura comercial dos empreendimentos instalados na feira livre difere do padrão normalmente observado no centro da cidade. Com exceção dos supermercados, que são grandes e bem estruturados, as demais formas são por pequenos empreendimentos comerciais. Nota-se que não há uma “elitização” ou mesmo investimentos em vitrines e fachadas que chamem atenção da clientela. O fato de não haver investimentos na padronização visual dos estabelecimentos comerciais localizados no entorno da feira livre, pode ter relação com o ramo de atividade e com o público consumidor de diferentes classes sociais que frequentam o espaço.

Parte dos frequentadores da feira é oriunda do espaço rural de Santo Antônio de Jesus e de outros municípios. Eles se deslocam em ônibus rurais que fazem o transporte de pessoas de segunda-feira a sábado. Embora esse meio de transporte seja responsável pela mobilidade do consumidor, é considerado um problema por alguns comerciantes, pois os veículos ficam estacionados na feira e em seus entornos, desde as 7h da manhã até por volta das 14h, atrapalhando a circulação de pessoas e mercadorias, a visualização das lojas e a descarga de artigos.

A feira livre é organizada em galpões distribuídos em: Galpão da alimentação; Galpão das confecções; Galpão das carnes; Galpão dos calçados, ocupado

atualmente por pequenos agricultores familiares que estendem suas lonas e comercializam seus produtos; Galpão do *hortifrúti* (figura 9); Mercado da farinha; e o Galpão de uso misto, ocupado por lanchonetes, chaveiros, venda de cereais e condimentos. Durante os dias de maior fluxo, notadamente às quartas-feiras, forma-se um aglomerado de barracas de vestuário que ocupa a rua e a calçada.

Figura 9: Feira livre - Galpão do hortifrúti, 2021



Fonte: Matheus da Silva Ribeiro, 2021.

Há também o “Calçadão agro e negócios”, que no mapa acerca das formas de uso do solo da Feira Livre de Santo Antônio de Jesus (figura 10) é representado como um aglomerado misto. Nesse último, a ocupação é diversificada e ocorre por meio dos serviços de manutenção de celulares, venda de eletrônicos, utensílios domésticos, objetos de decoração, ervas medicinais, cereais, frutas, verduras, produtos alimentícios diversificados, roupas e calçados.

Figura 10: Mapa da Feira Livre de Santo Antônio de Jesus: formas de uso do solo



As edificações ao redor da feira livre apresentam o uso do solo misto, pois a atividade comercial ainda divide espaço com estruturas habitacionais. Em alguns casos, o térreo é ocupado por comércio e prestadores de serviços, enquanto os demais patamares são de ocupação residencial. No entorno da feira ainda é possível encontrar áreas para expansão do terciário, como algumas residências antigas, fechadas e sem uso. Essas formas, sem conteúdo, são atributos que podem estar relacionados ao alto preço do solo, o que limita o uso.

As ruas Tiradentes e Alan Kardec são artérias importantes e permitem o fluxo de pessoas e mercadorias para a Feira Livre. O uso do solo é misto e nota-se uma tendência à verticalização das edificações, de modo que a atividade terciária divide espaço com algumas residências que permanecem no local. Há ainda os apartamentos verticais que são alugados. Um diferencial para essas ruas são os serviços que envolvem aluguel de roupas para eventos, bancos e correspondentes, clínicas odontológicas, salões de beleza, templos religiosos, contabilidades, serviços de TV a cabo, lanchonetes e sorveterias. As lojas pertencem aos ramos de papelarias, variedades e insumos agrícolas.

As ruas em questão permitem acesso à Rua Monsenhor Antônio Oliveira, conhecida por ser o estacionamento dos ônibus que fazem o transporte para as comunidades rurais do município e localidades de outros municípios do entorno. Além da ocupação pelo transporte, é nessa rua onde se localiza o Colégio Santo Antônio. A instituição ocupa maior parte do quarteirão e, devido ao fluxo de alunos, pais e funcionários, o trânsito costuma ficar “travado” nos horários de maior circulação de pessoas. O uso do solo acontece por diferentes agentes e, além do serviço educacional, a área é ocupada por lojas de insumos agrícolas, panificadoras, contabilidades e serviços de aluguel de roupas para eventos. Algumas residências ainda são mantidas.

Na rua Landulfo Alves e na travessa Quinze de Novembro, o uso do solo acontece por lojas de departamento, vestuário, sapatarias, armarinhos, farmácias, óticas, perfumarias, joalherias, gráficas, escolas privadas, templos religiosos, hotéis e estacionamentos privativos. Nessas ruas nota-se um padrão de lojas “elitizadas”, algumas delas franquias de marcas nacionais, como Cacau Show, Melissa e Mahogany. Grande parte dos pontos comerciais dessas ruas é duplamente utilizada: no térreo, funciona a atividade varejista e os demais pisos são utilizados por

prestadores de serviços, como cursos profissionalizantes e reforço escolar, contabilidades e escritórios de assessoria jurídica.

A Rua Gorgônio José de Araújo é um dos principais acessos à Praça Padre Mateus e feira livre, o solo é utilizado por lojas de redes, como Casas Bahia e Magazine Luiza, bancos e correspondentes, sapatarias, lojas de vestuário e clínicas odontológicas. A Rua Rui Barbosa também é definida como centro pelo Plano Diretor, no entanto, o uso pela atividade terciária ainda não se tornou denso, como nas demais vias. O uso do solo é misto, há muitas residências, todavia, nota-se que, ao longo dos últimos anos, o comércio, e em específico, os serviços, vêm se expandindo para essa área (notadamente salões de beleza, barbearias, floriculturas e confecção de fardamentos).

A disputa por solo no centro de Santo Antônio de Jesus é crescente, pois há uma tendência de valorização e redução das áreas disponíveis para instalação de novos empreendimentos comerciais. Esse processo favorece o crescimento vertical, porém, na cidade em tela isso ainda não acontece de forma expressiva. Percebe-se que na verticalização existente poucos são os prédios de uso diversificado, as estruturas são normalmente sedes de empresas, como o Laboratório Fernando Queiroz (Figura 11) e o Hotel Parati (Figura 12).

Figura 11: Laboratório Fernando Queiroz, 2020



Fonte: Matheus da Silva Ribeiro, 2020.

Figura 12: Hotel Parati Palace, 2020



Fonte: Matheus da Silva Ribeiro, 2020.

No entanto, o uso diversificado acontece em alguns casos específicos, como nas galerias ou pequenos *shopping centers* que estão distribuídos em alguns pontos do centro tradicional e nas áreas de expansão, a exemplo da Avenida Sete de Setembro, Praça Padre Mateus e Praça Félix Gaspar. As galerias são comuns em cidades onde não existem grandes *shopping centers*, e nessas edificações se instalam diferentes tipos de empreendimentos. Todavia, há padronização na maioria deles, como expõe Braida (2011), ao definir um padrão:

No térreo, o uso é predominantemente comercial, pois ali estão instaladas as lojas, mas há, também, alguns acessos para os demais pavimentos dos edifícios. [...] em alguns casos, nos pavimentos superiores seguintes, geralmente, os segundo e terceiro pavimentos, há algumas lojas, espaço de prestação de serviços, tais como salões de beleza e ateliês de costura, e salas de aula, geralmente salas de aula de cursinhos pré-vestibulares (BRAIDA, 2011 p. 97).

No caso de Santo Antônio de Jesus, as galerias seguem a mesma padronização exposta pelo autor. O primeiro pavimento é um espaço de consumo destinado às lojas de roupas, algumas com padrão mais elitizado, enquanto os demais pisos são utilizados por escritórios de assessoria jurídica, cursos, correspondentes bancários e serviços diversos. Uma característica exposta por Vargas (2001), que diz muito sobre a realidade da cidade em tela, está entre dois pontos da cidade: como é o caso da Galeria Moura, que integra a Rua Landolfo Alves e a Praça Félix Gaspar, formando um corredor de lojas no seu primeiro pavimento.

Outra realidade de Santo Antônio de Jesus que vai ao encontro das proposições de Santos (1992) é sobrevalorização do solo. O autor expõe que no mundo capitalista o espaço é dotado de valor e torna-se uma mercadoria conforme a sua função. Na cidade em foco, os preços para aquisição e aluguel de terrenos e imóveis são demasiadamente altos e, em algumas ruas e setores os preços estão tornando-se abusivos, principalmente pelas novas funções atribuídas. Por esse motivo, os empreendedores menos favorecidos sentem dificuldade de se instalarem em vias onde há maior fluxo de consumidores.

As ruas do centro da cidade, especialmente no entorno da Praça Padre Mateus, em razão da centralidade, são as mais disputadas pelos empreendedores de maior poder aquisitivo, conseqüentemente, são as ruas que agregam mais valor ao solo

urbano. Conforme dados da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus, que atribui valor venal a imóveis e terrenos como base para o cálculo do IPTU (quadro 3), na primeira década dos anos 2000, o metro quadrado (m²), nos arredores da praça principal e da feira livre, custava entre R\$ 70,00 e R\$ 180,00. Com intensificação do uso terciário, após 2018, passou a custar entre R\$ 780,00 e R\$ 2.000,00.

Quadro 3: Valor do solo por m², na área central de Santo Antônio de Jesus, nos anos de 2008 e 2018.

Logradouro	Quadras	Valor do M² (R\$) 2008	Valor do M² (R\$) 2018
Praça Duque de Caxias (Feira Livre)	41, 43, 46, 47, 48, 54, 64, 65	90,19	1.256,00
Praça Padre Mateus	2, 4, 5, 40, 45, 73	180,38	2.000,00
Rua Jovino Amâncio	30, 31	72,14	780,00
Rua Alan Kardec	41, 42	108,23	1.256,00
Rua Monsenhor Antônio de Oliveira	40, 41, 46	96,19	1.179,00
Rua Landulfo Alves	01, 03, 02	117,26	1.884,00
Rua Gorgônio Jose de Araújo	32, 45	117,26	1.884,00
Rui Barbosa	28, 30, 31, 32, 45	72,14	1.256,00
Rua Monsenhor Francisco Manoel Silva	40	96,19	1.256,00
Rua 7 de Setembro	4, 5, 6, 8, 9	78,15	925,00
Rua Tiradentes	40, 62	108,23	1.500,00

Fonte: Tabela genérica de valores de terreno para cálculos de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana de Santo Antônio de Jesus, (2008;2018).

Elaboração: Matheus da Silva Ribeiro, 2021.

Na visão de Singer (2017), a procura por espaço na cidade é marcada por empresas, indivíduos e entidades que atendem necessidades de consumo. Ele afirma que, para as empresas, cada ponto do espaço urbano é único e cada um proporciona vantagens que influem nos custos e nos lucros. Por isso, a localização é um dos principais fatores na estruturação da atividade terciária, pois se leva em consideração a infraestrutura, a energia, o transporte, a acessibilidade e a presença de consumidores.

Na cidade estudada, não apenas no centro o valor do solo urbano é elevado. Nas vias onde o setor terciário está em expansão, alguns terrenos, ou mesmo imóveis antigos ficam sem uso por muito tempo, devido ao alto custo de aluguel ou aquisição. Outro fator que influencia nessa ausência de uso de alguns imóveis é a especulação imobiliária, em que alguns agentes urbanos adquirem determinadas áreas e esperam a valorização, fazendo com que a venda seja o mais remunerador possível. Isso se repete em alguns bairros periféricos, como Urbis III e Cajueiro, nos quais, conforme o valor venal atribuído pela Prefeitura de Santo Antônio de Jesus (2008; 2018), o m² de solo custava entre R\$ 7,27 e R\$ 10,83, em 2008. Após esse ano, o m² passou a ser avaliado entre R\$ 83,00 e R\$ 300,00. Com essa valorização de terrenos e imóveis, o custo dos aluguéis de casas populares ou *kitnets* chega a mais da metade de um salário mínimo.

4. EXPANSÃO DO CENTRO E AS NOVAS ÁREAS CENTRAIS EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS

A estrutura urbana de Santo Antônio de Jesus vem passando por muitas modificações em razão da expansão da atividade terciária. Por muito tempo, houve uma sobrevalorização do solo do centro da cidade, considerado como o melhor local para instalação de um empreendimento. Todavia, essa lógica locacional foi sendo modificada, em razão das práticas socioespaciais e das necessidades do capital.

Como já discutido anteriormente, o centro de Santo Antônio de Jesus é onde está concentrada grande parte das atividades do setor terciário. Mesmo que durante os últimos 20 anos a cidade venha apresentando um expoente crescimento, o núcleo inicial no entorno da Praça Padre Mateus permanece sendo o principal atrativo para os consumidores oriundos da escala local e regional.

Como propõe Whitacker (1991), em suas discussões teóricas, o centro torna-se heterogêneo, agregador e dispersor. Agregador pelo fato de concentrar grande parte da estrutura terciária e estar associado ao fluxo constante de pessoas e mercadorias; dispersor pela saturação, necessidades estruturais não atendidas e ineficiência do planejamento urbano.

No contexto da cidade em análise, novas dinâmicas foram identificadas, e, notadamente, o centro terciário tem passado por um processo de expansão, não se limitando ao entorno da Praça Padre Mateus, como apontava o PDDU (SAJ, 2002). A expansão tem sido instituída por alguns fatores, como: o elevado preço dos aluguéis, a indisponibilidade de pontos comerciais que atendam às necessidades do empreendedor, como também os problemas urbanos, notadamente aqueles ligados à fluidez das vias e circulação de mercadorias.

Todavia, atualmente, quando analisado o dinamismo da área central da cidade, as atividades terciárias têm tomado uma maior proporção e ocupado novas ruas e avenidas. Esse fenômeno tem se dado não apenas pela saturação da área mais central, no entorno da praça, mas, também, pela instituição de novas dinâmicas, como a lógica espacial/locacional ou mesmo pelo redirecionamento de fluxos, que pode ocorrer por meio da ação do Estado.

Nesse contexto, pode-se destacar a influência da gestão pública municipal ao analisar a localização da Estação de Transbordo do município. Embora seja chamada de Estação de Transbordo por sua função, não há uma infraestrutura adequada, com

disponibilidade de assento os em áreas cobertas para população ou plataformas para os veículos. Até os banheiros foram instalados após muita reivindicação dos motoristas e usuários do sistema alternativo de transporte intermunicipal. A instalação das vans no local também é questionada, por ser ao redor de um dos prédios históricos da cidade, o qual abriga a Biblioteca Municipal.

Até o ano de 2011, não existia estação de transbordo para concentrar as vans e os micro-ônibus do transporte alternativo, os veículos ficavam distribuídos em vários locais estratégicos da cidade, como na Praça Padre Mateus, no largo do Cata Vento, na Praça Félix Gaspar (Atual Praça do Rango) e na Rua Rui Barbosa. No entanto, cumprindo uma das proposições do PDDU (SAJ, 2002), a prefeitura, na época administrada por Eivaldo Rosa²⁰, médico filiado ao Partido Social Democrático (PSD), desenvolveu um plano de melhoria da mobilidade e concentrou as vans do transporte alternativo na Praça Pirajá, hoje conhecida como “Praça das Vans” (Figura 13)

Figura 13: Praça Pirajá (Praça das Vans), 2020.



Fonte: Matheus da Silva Ribeiro, 2021.

O transporte alternativo é fiscalizado pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) e é operado pela Cooperativa dos Permissionários de Transporte Complementar de Santo

²⁰ Eivaldo Rosa é médico cardiologista, na época era filiado ao Democratas (DEM) e foi eleito em 2004 e reeleito em 2008.

Antônio de Jesus e Região (COOPERSAJ). Por meio desse sistema, pessoas de diversos municípios do Recôncavo, do Vale do Jiquiriçá e do Baixo Sul deslocam-se diariamente para consumir os bens e serviços ofertados na cidade.

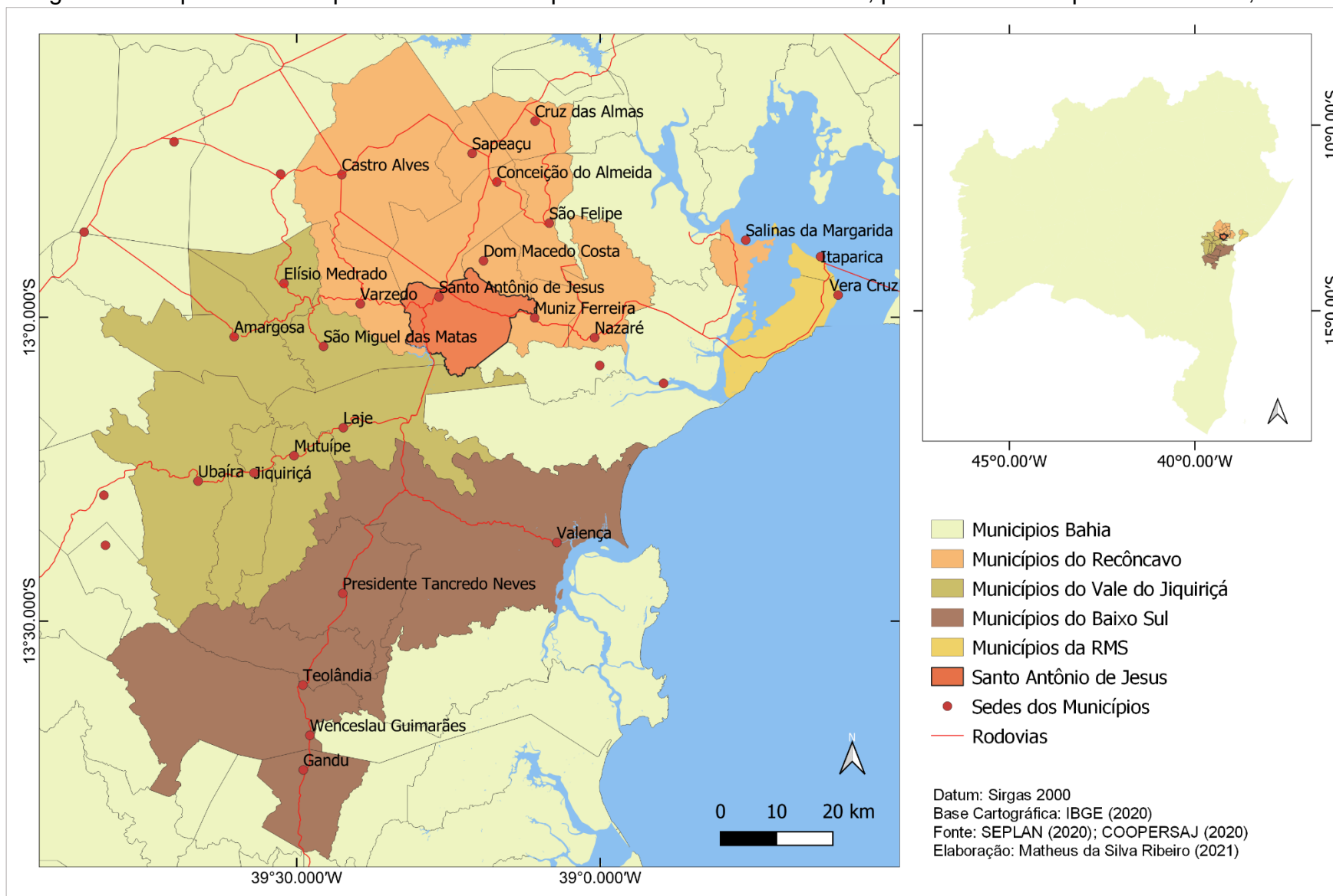
O mapa abaixo (figura 14) expõe os municípios que possuem acesso a Santo Antônio de Jesus por meio das vans e micro-ônibus que circulam regularmente de segunda-feira a sábado. Como não há emissão de passagens por parte da cooperativa e dos motoristas, não há estimativas da quantidade média de passageiros que utilizam diariamente o serviço de transporte. Mas, por meio de observação empírica, é possível constatar o fluxo intenso de pessoas, principalmente nas proximidades de datas festivas, quando os veículos não comportam a quantidade de passageiros que, muitas vezes, alocam-se no corredor do transporte ou até dividem o assento com alguém.

A criação da Praça das Vans, em uma área mais distante de onde tradicionalmente se concentrava o fluxo de pessoas, influenciou na estruturação da atividade terciária ao noroeste da Praça Padre Mateus. Desde então, as residências passaram a dar lugar aos empreendimentos comerciais, e as edificações não ocupadas receberam novas funções.

Esse redirecionamento está em conformidade com as proposições de Cleps (2005), ao analisar que o terciário sempre buscou ocupar lugar estratégico no espaço das cidades, pois sua principal função é produzir e aproveitar-se da concentração populacional. Nesse sentido, com a reorganização do espaço da cidade, uma nova concentração de pessoas fora do núcleo central foi criada, e para aproveitar desse fluxo, os comerciantes e prestadores de serviços se reinventaram.

Desde então, farmácias, clínicas de atendimento médico, pequenas lojas de vestuário, lojas de móveis e lanchonetes se instalaram nas proximidades. Uma das empresas que passou a ter uma importância significativa foi o *Shopping Itaguari*. Foi inaugurado no fim da década de 1990, mas, até então, não cumpria sua função como centro de consumo (SANTOS, 2002). A maior parte da circularidade de pessoas no empreendimento se dava por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) e do cinema aos fins de semana. No entanto, com as intervenções urbanas, novas lojas e prestadores se instalaram no equipamento, o qual perdeu a vacância e já passou por diversas reformas e ampliações para comportar a nova demanda.

Figura 14: Mapa dos municípios com itinerários para Santo Antônio de Jesus, por meio do transporte alternativo, 2021.



A Praça das Vans tornou-se uma área emblemática no contexto local, pois, com a intensificação dos fluxos, o espaço público passou a ser disputado por trabalhadores informais, que comercializam frutas, alimentos, bolsas, acessórios para celulares, entre outros (Figura 15). Posteriormente, em 2014, durante a reforma da Praça Padre Mateus, o entorno da Biblioteca Municipal passou a abrigar as barracas deslocadas. Na atualidade, a Praça das Vans é vista pela população como um espaço de desordem, devido a elevada concentração de comerciantes considerados informais.

Figura 15: Comércio informal na Praça das Vans



Fonte: Matheus da Silva Ribeiro, 2020.

Durante entrevista com a Secretária de Infraestrutura do Município²¹, a servidora afirmou que há o interesse em requalificar a área para cumprir o papel histórico e cultural de praça. No entanto, listou uma série de fatores envolvidos para que as mudanças ocorram. Expôs a necessidade de expansão da área da feira livre, para que fosse possível abrigar os comerciantes que se fixaram na praça.

Destacou a necessidade da elaboração de um plano de mobilidade urbana, em que haveria a integração do transporte coletivo intraurbano ao transporte intermunicipal, pois o local onde deveria funcionar a estação de transbordo seria distante do centro. A secretária não indicou o local, mas sua fala deixou a entender que seria nas margens da BR-101.

²¹ Pesquisa de campo (2020), entrevista com Sônia Fontes, arquiteta e urbanista, secretária de infraestrutura do município de Santo Antônio de Jesus.

Também tratou sobre a contratação de uma nova empresa de transporte coletivo para atender a população, uma vez que o atual é ofertado pela companhia Lorentur, a qual dispõe de poucas linhas e funciona sem a devida regulamentação. A empresa assumiu o sistema em 2011, por meio de um contrato temporário de três meses. A finalidade era suprir a vacância deixada pela Cooper Microluxo, mas permanece atuando até os dias de hoje. É provável que essas mudanças não aconteçam da forma que estavam sendo planejadas, pois, com as eleições de 2020, a prefeitura passou a ser administrada por um novo grupo político.

4.1 O Shopping Itaguari

Os *shoppings centers* se estruturaram como sinônimos de modernidade e progresso nas cidades capitalistas, sempre associados a um padrão global que vende a imagem de segurança, beleza e lazer. No Brasil, os *shoppings centers* começaram a surgir em São Paulo, na década de 1960, posteriormente passaram, também, a ser construídos em outros estados. Desde então, consolidaram-se como espaço de consumo, os quais são planejados com o intuito de minimizar os problemas urbanos e as mazelas vivenciadas nas lojas de rua (PINTAUDI, 1992). Conforme a autora supracitada, o *shopping center* é entendido como:

Um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviço. Distinguem-se umas das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem, [...] como também por sua natureza distinta (lojas âncoras e lojas de comércio especializado e serviços – que podem ou não pertencer a redes). A estrutura e funcionamento do empreendimento são controlados por um setor administrativo, necessário para o funcionamento eficaz do shopping center, o que significa dizer que é o setor cuja responsabilidade é zelar pela reprodução do capital da empresa. Além disso, a presença de um parque de estacionamento, cujo tamanho depende do porte do empreendimento e da sua localização (PINTAUDI, 1992, p. 15-16).

Portanto, esses centros comerciais travestem o espaço privado de público, recriando a noção de centro em um ambiente fechado. Uma das principais estratégias utilizadas pela gestão é a diversificação, por isso, buscam oferecer serviços de diferentes ramos e variedade de lojas. Ao mesmo tempo em que fazem do consumo uma atividade de lazer, esses empreendimentos se associam à representação do belo, do seguro, do acessível e influenciam na mudança comportamental dos sujeitos

que tendem a se adaptar à imposição do consumo e a uma padronização cultural (PINTAUDI, 2002).

Além de influenciar na modificação do comportamento dos indivíduos, os *shoppings centers* podem exercer um papel significativo na redefinição da organização espacial das cidades, pois, têm a capacidade de redirecionar fluxos de pessoas, de transportes, mercadorias e investimentos públicos. A valorização do preço do solo também se torna uma consequência, dado que as áreas perto do equipamento passam a ser procuradas por outros seguimentos formais e informais.

Em Santo Antônio de Jesus, o principal *Shopping* é o Itaguari, localizado entre duas das principais avenidas da cidade: Governador Roberto Santos e Luís Argolo (Figura 16), as quais têm acesso direto à rodovia BR-101. Inaugurado em 1997 e, segundo J. Santos (2008), o maior entre os três²² primeiros *shoppings centers* construídos no estado da Bahia, fora do espaço metropolitano de Salvador. No entanto, a princípio, não apresentou uma expressividade comercial que consolidasse a atração de fluxos para o próprio empreendimento, bem como não motivou inserções de novos equipamentos em seu entorno, de acordo com Santos (2002).

²² Além de Santo Antônio de Jesus, entre 1996 e 1997, foram inaugurados *shoppings centers* em Juazeiro e Barreiras (J. SANTOS, 2008).

Figura 16: Mapa de localização do *Shopping Itaguari*: Santo Antônio de Jesus



O diretor do Itaguari atribuiu o insucesso inicial do empreendimento ao planejamento arquitetônico e funcional. Segundo o gestor, havia um desconhecimento da realidade local por parte da empresa de arquitetura e o *shopping* foi construído nos mesmos padrões das grandes cidades, sem considerar as especificidades de Santo Antônio de Jesus. Por isso, tornou-se não atrativo para o comerciante e o consumidor. Em sua opinião,

[...] o Itaguari foi concebido nos moldes dos Shoppings das capitais já que as equipes de arquitetura e planejamento contratadas desconheciam a realidade local. Ocorre que, tal concepção não deu certo, então imprimimos nossas convicções e conhecimento do mercado local para transferir a praça de alimentação para o térreo, investir em serviços, consultórios médicos, etc. de modo que conseguimos prosperar (Diretor do Itaguari, 2021).

Na busca de fazer do equipamento um centro de consumo, modificações estruturais foram ocorrendo ao longo dos anos, contemplando a realidade do interior e investindo em modernização. Nas cidades de grande porte, como Salvador e Feira de Santana, os *shoppings centers* funcionam com horários estendidos, todos os dias da semana. No contexto em tela, o *shopping* segue o horário comercial, funcionando de segunda-feira a sábado, das 8h às 18h. Logo, as intervenções estruturais permitiram a independência da praça de alimentação, do cinema e do centro recreativo, que funcionam até às 22h, todos os dias da semana.

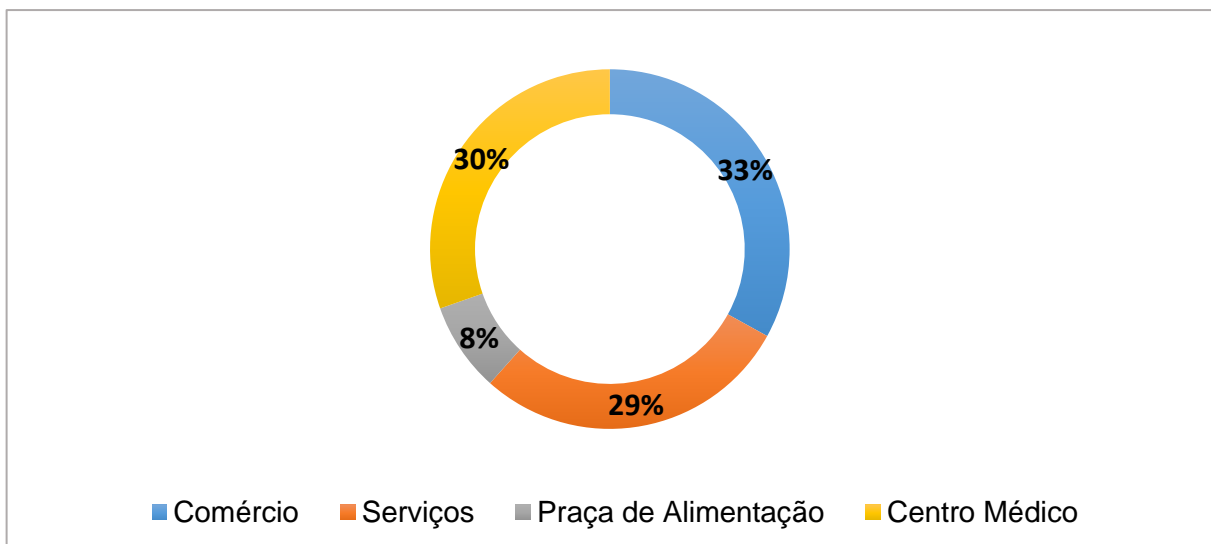
Atualmente, a estrutura do *shopping* é: uma praça de alimentação composta por 9 empresas, entre restaurantes, cafeterias e *pizzarias*; um amplo centro médico, com 34 clínicas que oferecem diferentes especialidades médicas; uma praça de serviços com 32 empreendimentos diversos, com destaque para as agências bancárias do Bradesco e da Caixa Econômica Federal, a Receita Federal, o Ministério do Trabalho, o IBGE e o SAC. Quanto ao comércio, funcionam 37 lojas de empreendedores locais, franqueados e lojas de redes.

Claramente, o fluxo de consumidores no *shopping* é resultante dos serviços ofertados. Conforme a gestão do Itaguari, cerca de 160 mil pessoas circulam mensalmente nesse ambiente. Desse público, 40% são originados dos municípios vizinhos, que se deslocam, principalmente, para usar serviços ofertados no centro médico, que corresponde a 30% das empresas em funcionamento (Figura 17).

A princípio, as clínicas e consultórios em funcionamento nos *shoppings* podem sugerir uma estratégia para diminuição dos espaços vazios. No entanto, conforme a Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), a diversificação dos serviços é uma tendência no cenário brasileiro, até mesmo nas grandes cidades e capitais, visto que a população busca reduzir o tempo de locomoção, resolver problemas e consumir no mesmo local. Com isso, os serviços médicos estão tornando-se as âncoras dos *shopping centers* (ABRASCE, 2018).

No contexto do centro comercial Itaguari, o centro médico funciona desde o fim da década de 1990 e ocupa todo o terceiro piso, onde funcionam clínicas especializadas em pediatria, odontologia, oftalmologia, psicologia, oncologia, urologia, ginecologia, entre outras. Durante a entrevista, o diretor do empreendimento destacou que a *Le Biscuit*²³, a Loja Santo Antônio e o Mercadão Supermercado atuam como âncoras do setor de comércio, logo, obtêm grande fluxo de consumidores. Porém, não descarta que a maior parte dos fluxos é de pessoas que se deslocam ao *shopping* para usar algum serviço e, em seguida, consomem em outras empresas.

Figura 17: Composição das atividades do *Shopping Itaguari*, 2021



Fonte: *Shopping Itaguari* (2021). Organizado por: Matheus da Silva Ribeiro, 2021

²³*Le biscuit* uma loja de departamento em rede, tem filias distribuídas em todo o território brasileiro. Comercializa itens de decoração, armarinho, material escolar, papelaria e utilidades para o lar.

Alguns dos serviços mais buscados no empreendimento é a emissão ou regularização de documentos no SAC, que por muito tempo foi responsável por atender a demanda de toda a região imediata. Atualmente, todavia, outros municípios, como Amargosa e Valença, já dispõem do equipamento, mas, ainda assim, Santo Antônio de Jesus permanece recebendo pessoas para emitirem Registro de Identidade (RG), Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), entre outros serviços oferecidos.

A Loja Santo Antônio²⁴ é do ramo de confecções e, junto ao Mercado Supermercado, é uma das maiores empresas do ramo de comércio em funcionamento. São lojas locais que se instalaram no *shopping* após o aumento do fluxo de pessoas oriundas da Praça das Vans. A direção do *shopping* considera que a intervenção da prefeitura foi benéfica e que, associada à localização, credibilidade, segurança e disponibilidade de estacionamento, atraiu novas lojas, o que fez concentrar um fluxo de consumidores que antes se distribuía por toda a cidade.

O *Shopping* Itaguari ter ganhado relevância apenas após a intervenção da prefeitura corrobora com as proposições de Corrêa (1995), ao discutir como os agentes produzem e organizam o espaço urbano. Nesse caso, a ação do Estado, atuando por meio da prefeitura, contribuiu com a reorganização do espaço, ao proporcionar intervenções que redirecionam e motivam expansão das atividades comerciais.

Embora o espaço em análise tenha ganhado relevância apenas após o contexto mencionado, é importante compreender que os *shoppings centers*, junto aos hipermercados, têm papel significativo na reestruturação urbana e na produção de novas centralidades, na (re)funcionalização de áreas e na organização espacial. Tradicionalmente, instalam-se às margens de rodovias ou em vias estruturantes como estratégia para absorver fluxos, por meio do acesso rápido para pedestres e usuários de diferentes modais de transportes.

No entanto, a captação de fluxos não é o único fator determinante, envolve a legislação vigente nas cidades, as quais impõem limitações e regulam o uso do solo.

²⁴ Em atividade desde 1954, a Loja Santo Antônio é uma das principais e tradicionais empresas da cidade. A sede foi instalada na Praça Padre Mateus em 1984, já a filial do *Shopping*, foi inaugurada em 2013. Atualmente estão em funcionamento sete unidades, distribuídas por Santo Antônio de Jesus, Valença, Camaçari e Alagoinhas, conforme consta no site institucional da empresa (LOJAS SANTO ANTÔNIO, 2021).

Na visão de Pintaudi (1992), os *shoppings centers* são uma das maiores expressões da centralidade, pois os equipamentos funcionam como “âncoras” que atraem novos comerciantes e prestadores de serviços para o próprio empreendimento e para as áreas do entorno.

Embora a literatura exponha que os *shoppings* atuem como atrativos para outros segmentos comerciais, no caso em tela, pode-se afirmar que o Itaguari não foi o único responsável pela atração de novos segmentos comerciais para a área. Pois já atuava como um importante equipamento urbano, mas, foi a intervenção no sistema de transporte intermunicipal que canalizou diferentes movimentos para o mesmo local, criando, assim, o ambiente favorável para intensificação das atividades terciárias.

Portanto, na atualidade, a centralidade da área em foco concentra fluxos locais e regionais instituídos pela combinação das atividades ofertadas no *Shopping*, bem como motivadas pelos fluxos de pessoas e mercadorias. As proximidades da Praça das Vans e do *Shopping* comportam uma série de lojas e prestadores de serviços, sobretudo, voltados para o ramo de móveis, decoração, alimentação e saúde, considerando ainda o Hospital e Maternidade Luiz Argolo.

4.2 As vias especializadas e as novas “áreas” do terciário

A organização do espaço terciário tem uma lógica, não acontece de forma automática. Para algumas empresas é importante e benéfico se aglomerarem, e nesse contexto, surgem os espaços especializados (SINGER, 2017). Quando observada a organização das atividades terciárias da cidade analisada, sob a ótica de não se limitar ao núcleo principal do centro de consumo, percebe-se a formação de vias especializadas em alguns ramos de comércio e serviços.

O espaço especializado é visto principalmente pelos serviços privados de saúde, notadamente na Rua Armando Tavares e Avenida Barros e Almeida, ocupadas por farmácias, lojas de produtos hospitalares, clínicas odontológicas, oftalmológicas, de fisioterapia e ortopedia, além dos centros médicos, como: Fernando Queiroz, Urgências Médicas Cirúrgicas (URMEC), INCAR e o Hospital Santo Antônio, que oferecem inúmeros serviços. Ainda que o principal uso seja voltado para os serviços de saúde, na Avenida Barros e Almeida, o espaço é ocupado por alguns equipamentos de grande porte, como uma loja de equipamentos de sonorização, duas lojas de

materiais de construção, uma agência lotérica e uma pizzaria, além da Codical Atacado.

Tanto na Rua Armando Tavares, quanto na Avenida Barros e Almeida, o uso do solo é misto. As atividades econômicas dividem o espaço com algumas residências que ainda permanecem no local. Entretanto, nos últimos anos, foi possível perceber uma diminuição do uso residencial. Muitas casas estão sendo demolidas ou reformadas, dando lugar a estruturas comerciais, claramente, do ramo de saúde (figuras 18,19 e 20).

Nesse processo de mudança de função, muitas das formas que ainda exibem as características do passado, a exemplo das fachadas das casas históricas, aos poucos vão sendo remodeladas e tendo suas frentes ocupadas por letreiros das empresas. A tendência é que o uso residencial deixe de existir nessas vias, em razão dos fatores fundiários e imobiliários e por conta do agravamento da violência, principalmente durante a noite, quando circulam poucas pessoas nessas ruas.

Figura 18: Rua Armando Tavares - Residência, 2012 / Centro Médico, 2021.



Fonte: *Google Street View* (2012); Matheus da Silva Ribeiro (2021).

Figura 19: Av. Barros e Almeida - Residência, 2012 / Centro Médico, 2021.



Fonte: Google Street View (2012); Matheus da Silva Ribeiro (2021).

Figura 20: Av. Barros e Almeida - Residência, 2012 / Centro Médico, 2021



Fonte: Google Street View (2012); Matheus da Silva Ribeiro (2021).

Outra avenida na qual nota-se significativa especialização do ramo de saúde é em parte da Luís Argolo, um dos principais acessos à BR-101. Além dos estabelecimentos que ocupam as salas do Edifício Cruzeiro do Sul e o *Shopping Itaguari*, são 16 estabelecimentos, entre farmácias, clínicas médicas, consultórios odontológicos, laboratórios e o Hospital Luís Argolo.

As margens da BR-101 e as vias de acesso ao centro da cidade já têm esse processo de especialização consolidado com a ocupação por concessionárias de veículos, comércio de peças e serviços mecânicos automotivos. Tal organização vai ao encontro das proposições de Sposito (2001, p. 27), ao afirmar que as vias especializadas “[...] geralmente desempenham o papel de acesso das rodovias às áreas mais centrais, se caracterizam pela incidência de oficinas mecânicas, lojas de autopeças, concessionárias, enfim, comércio e serviços ligados ao setor de veículos”.

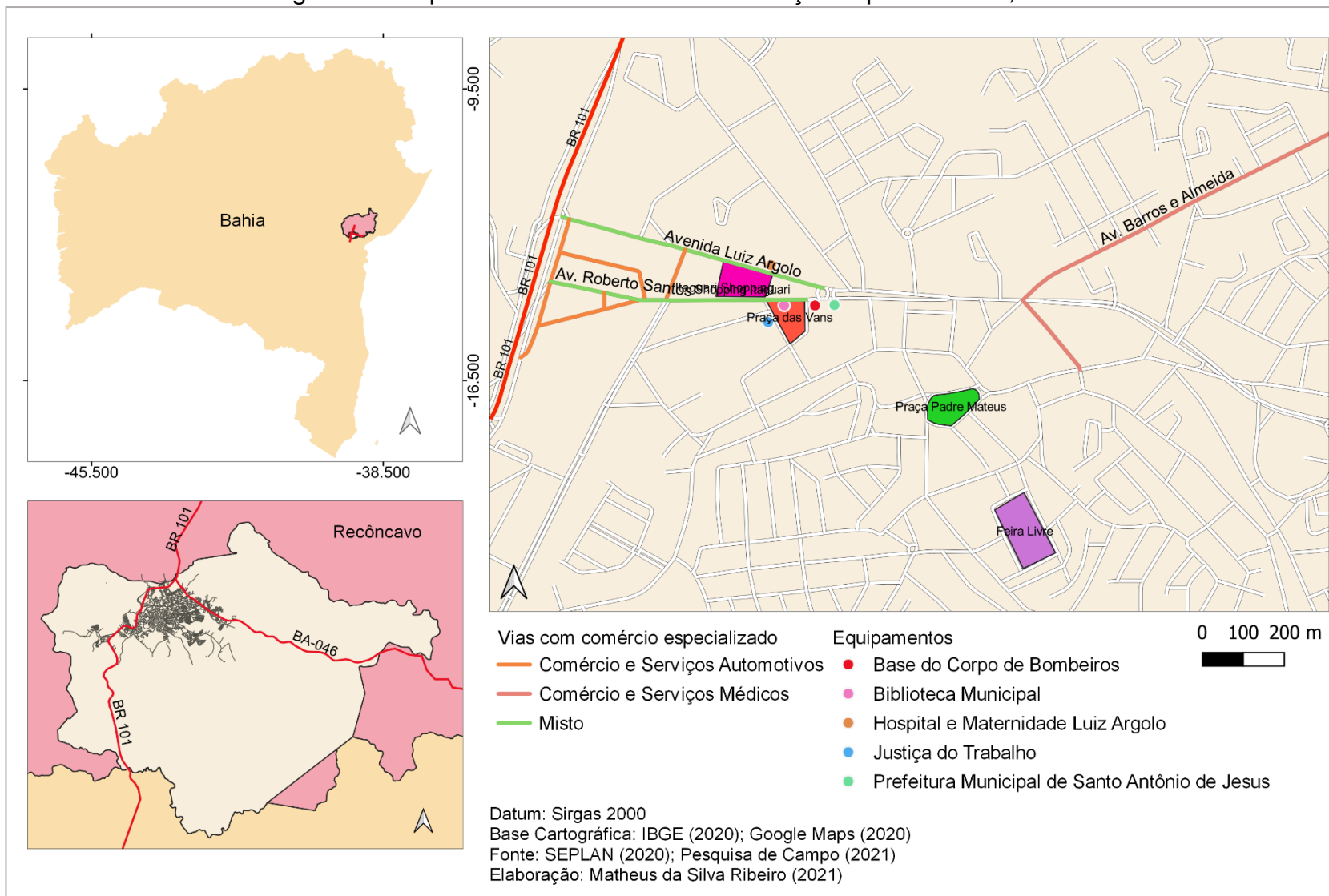
Os serviços e as vendas do ramo automotivo se concentram em extensão das Avenidas Governador Roberto Santos (figura 21) e Luís Argolo, onde não há mais residências. O uso misto se dá pelo fato de haver outros ramos de empreendimentos e a especialização consolida-se nas proximidades da rodovia e das ruas Ernesto Melo, Lucio José de Oliveira e Jose Ângelo de Souza.

Figura 21: Estabelecimentos de serviços automotivos na Av. Gov. Roberto Santos, 2021



Fonte: Matheus da Silva Ribeiro, 2021.

Figura 22: Mapa das ruas de comércio e serviços especializados, 2021



As ruas e avenidas citadas formam uma área de complementaridade funcional, pois abrigam empresas que comercializam veículos e peças, além da oferta de diferentes serviços e especialidades. São 65 estabelecimentos que não estão localizados na área central da cidade, mas, são responsáveis por fluxos constantes de consumidores oriundos do contexto intraurbano, como também regionais, os quais buscam atender suas necessidades em meio à variedade de serviços e produtos ofertados (Quadro 4).

Quadro 4: Atividades de comércio e serviços automotivos em vias especializadas

Tipo de produto - serviço comercializado	Quantidade de empreendimentos
Venda/ revenda e aluguel de veículos;	14
Acessórios, peças, mangueiras e borrachas;	22
Oficinas, borracharia e serviços de reparos;	27
Seguradoras e financiadoras.	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Conforme os dados do quadro, estão localizadas dezoito empresas de venda, revenda e aluguel de veículos nas vias especializadas. E é importante ressaltar que destas, apenas três são do grande capital: a Localiza (aluguel de veículos) e as concessionárias *Fiat* e *Volkswagen*. Outras grandes concessionárias, como *Toyota*, *Chevrolet* e *Ford*, têm suas filiais instaladas no município, no entanto, às margens da rodovia BR-101.

Não pensando na especialização, mas na desconcentração terciária, muitos empresários não estão limitando-se ao centro ou às áreas onde se concentram os maiores fluxos de pessoas. Esse processo tem sido agravado com o adensamento do centro, no entanto, ainda não é entendido como a formação de subcentros de consumo, mas uma busca por locais que favoreçam a expansão e disponham de facilidades para os consumidores, como a disponibilidade de estacionamento, pois “a atividade comercial sempre demandou centralidade, o que também significa dizer acessibilidade” (PINTAUDI, 2002, p. 155).

Esse é um dos motivos que favorecem a expansão terciária para as avenidas Luís Viana e Juracy Magalhães. Nessas vias, as residências têm dado lugar a

estruturação do comércio e serviços, que, aliados ao mercado imobiliário, vêm promovendo a valorização do solo, que se torna cada vez mais caro. A valorização pode ser percebida ao comparar valor venal do metro quadrado, aplicado pela Prefeitura Municipal, para cálculo do IPTU, em 2008 e 2018 (quadro 5).

Quadro 5: Valor do solo por m², nas Avenidas Luís Viana e Juracy Magalhães, 2008 e 2018

Logradouro	Quadra	Valor do M² (R\$) 2008	Valor do M² (R\$) 2018
Av. Juracy Magalhães	37, 44, 42, 43, 55, 56, 40, 48	10,83 - 16,81	440,00 – 750,00
Tv. Juracy Magalhães	01, 02	7,21	93,00
Avenida Luís Viana	06, 19, 13, 12, 34, 20, 32, 40	60,10	500,00 – 750,00
Tv. Luís Viana*	20	59,60	400,00

Fonte: Tabela genérica de valores de terreno para cálculos de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana de Santo Antônio de Jesus, (2008;2018).

Elaboração: Matheus da Silva Ribeiro, 2021.

*Em 2018, passou a ser Rua Manoel Luiz dos Passos.

Em algumas quadras da Avenida Juracy Magalhães, em dez anos, a valorização dos terrenos foi de 4361,6%. Na Avenida Luís Viana, foi de até 1147,9%. Essa valorização tem sido direcionada pela expansão terciária, a qual tem impulsionado a atividade imobiliária. Por esse motivo, inúmeras são as residências sendo demolidas, reformadas ou adaptadas para permitirem expansão, ou abrigarem novos pontos comerciais. A figura 23 serve para comparação, onde pode-se observar a expansão do Supermercado Baratão das Carnes, que ao longo dos anos foi ocupando as residências do entorno.

Nas avenidas Luís Viana e Juracy Magalhães não há especialização das atividades. Atualmente, existem dois grandes supermercados: o Mercado, empreendimento local associado à Rede *Smart*, e o Baratão das Carnes. Além desses, as avenidas são ocupadas por lojas e depósitos de material de construção, escolas particulares, templos religiosos, floriculturas, assistências técnicas de equipamentos eletrônicos, lanchonetes, bares, restaurantes, pequenas lojas de vestuário e salões de beleza.

Figura 23: Comércio na Av. Juracy Magalhães



Fonte: *Google Street View* (2012); Matheus da Silva Ribeiro (2021).

Essa situação vai ao encontro das proposições de Sposito (2001), que discute como os supermercados são responsáveis pela formação de centralidades no espaço intraurbano (pode-se observar o papel do Mercadão na Avenida Juracy Magalhães). Antes do empreendimento, o principal uso do solo era residencial, no entanto, logo após o supermercado, a área passou a ser ocupada por pequenos comerciantes que se aproveitam do fluxo gerado pelo mercado.

Para agregar serviços em um único endereço, o supermercado também oferta serviços bancários, com um correspondente da Caixa Econômica Federal, lanchonete, padaria e farmácia. Além desses, o empreendimento comporta o Boteco Mercadão, que funciona à noite, juntamente com o espaço de festas, instalado no estacionamento coberto do supermercado.

Essa dispersão das atividades terciárias e instalação em vias estruturantes já era apontada pelo Plano Diretor Urbano (2002), ao abordar que o centro da cidade estava saturando. Logo, observa-se que os supermercados passaram a se dispersar em diferentes vias, sobretudo naquelas onde existe facilidade para descarga de mercadorias e disponibilidade de estacionamento para o consumidor.

Pintaudi (2002) afirma que associada à centralidade está a acessibilidade, por isso, os supermercados buscam se instalar em setores mais periféricos ou em vias estruturantes que permitam fácil acesso. Outro elemento discutido pela autora refere-se a certa popularização do transporte particular e público, os quais permitiram maior deslocamento a diferentes áreas da cidade.

As grandes empresas quando vão inaugurar uma loja, organizam-se de modo que as escolhas das localizações possam ser estratégicas e atraiam mercados consumidores de mais de uma cidade. Essa lógica pode ser compreendida por meio

da centralidade interurbana, pois a escolha se dá conforme o grau de polarização que a cidade exerce em sua hinterlândia (SPOSITO, 1998).

Um estabelecimento em funcionamento, em Santo Antônio de Jesus, que segue esse nexo locacional é o Supermercado Atacadão²⁵, da rede *Carrefour*, inaugurado em 2016. Diferente dos padrões dos comerciantes locais, a rede atacadista foi instalada às margens da rodovia BA-046, permitindo diferentes afluxos dos consumidores locais e acesso facilitado para o consumidor regional, que não precisa transitar no miolo urbano para chegar ao destino final.

Embora motive os deslocamentos de consumidores locais e regionais, no entorno do Atacadão não houve emergência de outros segmentos terciários, após a abertura. Há apenas algumas empresas locais do ramo da construção civil, que comercializam itens, como mármore e granitos, calhas, blocos e meios fios. Além desses, há o Atacadão Perfisa, que comercializa produtos alimentícios, e ainda algumas oficinas mecânicas.

A dispersão também tem relação com a legislação municipal promulgada após o PDDU, regimentado pela lei municipal 017/2002, que regulamenta o uso do solo urbano pelas atividades terciárias (SAJ, 2002). Apenas em 2004 foi aprovada a legislação que limitava a instalação de determinadas atividades nas áreas de “intensificação do terciário”²⁶ (SAJ, 2004). Porém, nesse período, o processo de estruturação da atividade terciária nas áreas listadas no PDDU já acontecia, logo, empresas não compatíveis com as vias já estavam em funcionamento.

Essa elaboração tardia de uma legislação deu lugar a uma discussão recente, quando, no fim de 2020 foi exposto que o supermercado da rede atacadista Atakarejo instalaria uma de suas novas lojas na Avenida Urcisino Pinto de Queiroz. Porém, a Secretária de Infraestrutura do município vetou o licenciamento do empreendimento. O anúncio foi problematizado por políticos, pelo ConCidades²⁷, e repercutiu na mídia local que questionava o indeferimento, pois há outros supermercados nas proximidades.

²⁵Atacadão é uma rede brasileira de supermercados atacado-varejista, fundada em 1960 e pertencente ao grupo Carrefour (ATACADÃO, 2021).

²⁶ Termo utilizado no PDDU para designar as áreas de notável expansão da atividade terciária.

²⁷ ConCidades ou Conselhos das cidades é um colegiado deliberativo que atua fiscalizando, propondo programas, instrumentos e normas que favoreçam o desenvolvimento e a gestão de cidades. O Conselho das cidades foi instrumentalizado pelo decreto federal de Nº 5.790, de 25 de maio de 2006, e era vinculado ao extinto Ministério das Cidades (BRASIL, 2020).

O veto se deu pautado na Lei Complementar 19/2004, que define uma análise criteriosa quanto a compatibilidade do empreendimento com a via; bem como ao Art. 21, da mesma lei, que define áreas especiais (AE) que contemplam a subdivisão de: áreas de intensificação do terciário e área central (SAJ, 2004). Essa análise criteriosa é uma definição do Art. 37 do Estatuto da Cidade, Lei 10257/01, que impõe a necessidade de um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV):

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I - adensamento populacional;
- II - equipamentos urbanos e comunitários;
- III - uso e ocupação do solo;
- IV - valorização imobiliária;
- V - geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI - ventilação e iluminação;
- VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural (BRASIL, 2001).

A instalação do equipamento na locação requerida pelos empresários desencadearia uma série de impactos negativos, considerando que o local de instalação do empreendimento teria acesso aos depósitos pelo Loteamento Quinta do Inglês, área de ocupação residencial, laboratórios, clínicas e a emergência pediátrica da Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (UNIMED).

Um dos impactos listados pelo EIV, que precisa ser analisado criteriosamente no contexto em tela, é a geração de tráfego. Santo Antônio de Jesus vem enfrentando problemas com a mobilidade, pois as ruas e avenidas são estreitas e não comportam os fluxos intensos de pessoas e veículos. A instalação de um supermercado atacadista intensificará essas movimentações, agregando ainda a circularidade dos veículos de grande porte, responsáveis pelo abastecimento do equipamento.

Conforme parecer técnico divulgado pelo ConCidades (2021), o projeto do empreendimento também fere a legislação federal e municipal, pois considera a utilização de lotes residenciais do Condomínio Vila das Palmeiras.

O terreno requerido pelo Atakarejo, conforme o PDDU em vigência, não está localizado no centro, mas na área de intensificação do terciário. No entanto, ao analisar o dinamismo exposto pela atividade terciária e os fluxos instituídos desde o ano de 2002, entende-se que o centro expandiu e não se limita ao entorno da Praça Padre Mateus, como era proposto. Essa expansão ocorre motivada pelo crescente

número de empreendimentos não comportados pelo adensamento central. Essa discussão torna-se comum em cidades onde o processo de urbanização já estava acelerado, nas quais o planejamento urbano ocorreu tardio e que as ações não são efetivas para regular o zoneamento, o uso e ocupação do solo. No momento em que a legislação é criada, os usos já eram diversificados, e mesmo após a legislação, a ocupação “desordenada” continua, sobretudo, por meio da influência de empresários na gestão pública municipal. E assim os problemas urbanos se intensificam, em especial a mobilidade.

Como tratado anteriormente, no início dos anos 2000, os problemas já eram identificados, e mesmo com o PDDU, as soluções não foram identificadas. Atualmente, após 18 anos da elaboração do plano, os problemas apontados estão ainda mais expostos no centro e nos demais setores da cidade, especialmente nas épocas festivas e nos dias de maior fluxo na feira livre.

O centro da cidade está evidentemente saturado, de modo que não comporta o constante fluxo de pessoas e veículos. Mesmo com algumas intervenções desenvolvidas pela gestão municipal, na tentativa de melhorar a fluidez, a locomoção ainda é um problema. No entanto, tal característica tem relação com o processo morfológico das ruas e avenidas que não foram planejadas para comportar os fluxos resultantes da dinâmica local e regional.

Foram iniciadas, em 2021, discussões para elaboração de um novo PDDU. A Prefeitura Municipal, juntamente com a empresa URBE Planejamento, terá um desafio de entender os problemas e propor intervenções para a melhoria da infraestrutura urbana do município. Entretanto, espera-se que no processo de elaboração haja a participação popular e que as propostas apontadas sirvam ao planejamento e a gestão urbana, e que não sejam, ou continuem a ser, um mero instrumento de privilégio aos agentes hegemônicos que lucram com a cidade.

De fato, Santo Antônio de Jesus é uma cidade cuja história e todo processo de estruturação se relaciona com as atividades econômicas, em especial as do setor terciário, que se consolidou no passado e permanece até os dias de hoje sendo responsável pela dinamização e organização do espaço urbano e regional da “Capital do Recôncavo”. Em razão da intensificação das práticas terciárias, ocorre a expansão da malha urbana, sobrevalorização do solo em diferentes setores da cidade, aumento do fluxo de pessoas e veículos, e, conseqüentemente, potencialização dos problemas existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, foi proposto discutir como as atividades terciárias influenciam na dinamização e organização do espaço da cidade. Para atingir o objetivo, foi necessário compreender qual função é exercida por Santo Antônio de Jesus em sua rede urbana, bem como os rebatimentos da dinâmica regional no espaço intraurbano.

Recorrendo ao processo histórico de estruturação do espaço urbano, foi possível assimilar que é diferente de outras cidades, que têm suas atividades econômicas voltadas para o setor terciário. Santo Antônio de Jesus passou por vários ciclos produtivos, no entanto, não houve um grande momento do setor industrial. A base econômica transitou do extrativismo/agricultura para o terciário, que ao longo do tempo se consolidou como o principal setor da atividade econômica do município.

A partir das análises desenvolvidas até aqui, entende-se que, por sua situação geográfica, a cidade estudada é um importante centro regional que possui uma gama expressiva de atividades, e mesmo sendo hierarquicamente inferior a outros centros baianos e brasileiros, dispõe de grande infraestrutura terciária que motiva deslocamentos pendulares, constantes e sazonais.

Essa infraestrutura disposta é resultante de um longo processo de acumulação e envolve a iniciativa privada e a ação de políticas públicas territoriais que viabilizaram a criação de rodovias e instalação de equipamentos, como bancos, universidades, escolas e hospitais. As intervenções desses agentes, conseqüentemente, complexificaram as interações espaciais e a organização do espaço intraurbano, de modo que múltiplos processos são expostos na morfologia da cidade.

A organização do espaço intraurbano de Santo Antônio de Jesus é semelhante a algumas outras cidades brasileiras, porque, a princípio, as atividades terciárias se aglomeraram no centro histórico, no entorno da Igreja Matriz. Mas, como essa organização é dada pelo trabalho humano no bojo do processo socioespacial, o espaço continua sendo produzido e (re)organizado em razão, principalmente, dos agentes detentores da força produtiva.

Nesse contexto, associando as interações espaciais da cidade em tela com outros municípios da região imediata, a relação do consumidor com o comércio e os serviços foi sendo modificada. A atual e não finalizada organização do espaço

intraurbano demonstra que o centro tradicional não é mais o único receptor dos múltiplos fluxos de consumo.

No entanto, em sua dinâmica intraurbana, constata-se que há grande dependência dos cidadãos em relação ao centro da cidade, o qual concentra a maior parte da estrutura terciária. Percebe-se que há uma tendência de descentralização de algumas atividades econômicas que, por diferentes motivos, dentre os quais se destacam as questões legislativas, em alguns casos vêm limitando a instalação de específicos empreendimentos terciários, ao entender que são incompatíveis com o local proposto. Mas, além disso, existem lógicas econômicas espaciais abordadas por Sposito e Sposito (2017), que destacam a maneira que as próprias empresas buscam locais que satisfaçam suas necessidades de ampliação de capital.

É importante refletir que mesmo o centro apresentando problemas urbanos, como a dificuldade de mobilidade, os elevados preços de aluguéis e a disputa do espaço público das calçadas, pelos comerciantes informais, continua sendo foco do empresariado e principal atrativo do consumidor local e regional. Embora, atualmente, os entornos da Praça Padre Mateus deixem de agregar todo fluxo, não são identificados subcentros terciários de consumo. O que ocorre em Santo Antônio de Jesus é a consolidação de vias especializadas, em ramos específicos, como o do segmento automotivo e de saúde, que se consolidam, respectivamente, na Rua Armando Tavares/Avenida Barros e Almeida e na Avenida Roberto Santos.

O centro tradicional se expandiu e não se limita à proposta do plano diretor em vigência, o que neste e em outros aspectos revela a emergência da elaboração de um novo plano de desenvolvimento socioespacial que contemple a realidade atual do município, bem diferente do vivenciado no início dos anos 2000.

Em virtude de a atividade terciária não se limitar ao centro intraurbano tradicional, os problemas urbanos emergiram em diferentes áreas da cidade. Considerando que não houve um planejamento viário eficaz, a população local e regional enfrenta congestionamentos no trânsito e dificuldade de mobilidade; problemas esses que poderão ser agravados com a perspectiva da construção da ponte interligando Salvador e a Ilha de Itaparica.

A expansão do centro modificou o modo como o espaço é utilizado pelos diferentes agentes urbanos. Notadamente, o uso residencial no centro é cada vez mais raro, quando ocorre, ocupa o primeiro andar das edificações (na maioria dos casos, as residências são transformadas em salas comerciais). Para além do centro,

nos vetores de notável expansão do terciário, as casas familiares dão lugar a novas edificações ou são adaptadas para o uso terciário.

Essa dinâmica vem agravando a sobrevalorização do preço e a disputa pelo espaço. É importante reafirmar que, em muitos casos, a sobrevalorização do espaço urbano resulta na intensificação da verticalização, porém, na cidade estudada, esse fenômeno urbano ainda é tênue, poucos são os prédios construídos na área central e periférica.

Considerando o papel da cidade estudada em sua região imediata, conclui-se que as empresas locais e de rede reforçam a centralidade, que não é resultado apenas da dinâmica intraurbana, mas da interação espacial em diferentes escalas. A centralidade coloca Santo Antônio de Jesus em uma posição de destaque na rede de cidades do Recôncavo Baiano, bem como fora dela, no entanto, essa noção ainda não é suficiente para defini-la como uma cidade média.

Os fenômenos urbanos observados mostram uma cidade em crescimento, com um vago ou ineficiente planejamento urbano, mas que ainda não se consolidou como uma cidade média. Entende-se que mesmo sendo essa força polarizadora, ainda precisa avançar em sua estruturação intraurbana, por meio de atributos e dinâmicas que a consolidem efetivamente como uma cidade média, inclusive, reduzindo o nível de dependência a núcleos urbanos hierarquicamente superiores, como Feira de Santana e Salvador.

As discussões trazidas não foram esgotadas nesta dissertação, as análises deverão continuar em novas pesquisas, afinal, a organização do espaço não está terminada, pois ele está em constante transformação, em razão das ações do capital e dos agentes que o produzem. Santo Antônio de Jesus é uma cidade em crescimento, conseqüentemente, caso o planejamento urbano não seja eficaz, os problemas identificados se agravarão, além disso, outros fenômenos urbanos aparecerão e deverão ser estudados pelos pesquisadores da geografia e de outras áreas das ciências sociais.

REFERÊNCIAS

ABRASCE - Associação Brasileira de Shoppings Centers. **Estudos de Mercado**. Grupo de Estudos Urbanos. São Paulo, 2018.

ALVES. Isaias. **Matas do Sertão de Baixo**. Salvador, EDUNEB, 2010.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-34, 2001.

ARAUJO, Silvana; COUTINHO, Sônia. O município de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Baiano. **Vertentes UFBA**, 2021. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/o-municipio-de-santo-antonio-de-jesus-no-reconcavo-baiano>> Acesso em: 15 set. 2021.

ANATEL - Agência Nacional De Telecomunicações. **Canais de Rádio Fusão**. 2020. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>> Acesso em 26 Jun. 2021.

ASSIS. Cristina da Anunciação da Silva. Armazéns de Fumo: Trabalho, resistência e sobrevivência. In: SANTANA, Suely Santos; MATOS, Willson Roberto (Org.). **Trilhos do Tempo, Trilhas da História, Trabalho Cultura e Sociedade em Santo Antônio de Jesus**. Santo Antônio de Jesus. 2012. p. 49-60.

BRITO, Cristóvão. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador, EDUFBA, 2008.

BRAIDA, Frederico. As Galerias comerciais na rede urbana, na imagem e no imaginário de Juiz Fora e de Buenos Aires. **CES Revista**, V. 25, N. 1, p.13-32, 2011.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. Lei Nº 13.332, de 1º de setembro de 2016. Altera a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13332.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

_____. Lei Nº 13.966, de 26 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13966.htm>. Acesso em: 07 set. 2021.

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano**. Salvador, Edufba, 2012.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTELLO BRANCO, M.L.G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. 2007. p.23-34.

CLEPS, Daise Gumiero. **Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas: o comércio de autosserviço em Uberlândia (MG)**. Rio Claro: UNESP, 2005. 317 f. Tese (doutorado em Geografia) – IGCE, UNESP, 2005.

CONCIDADE – Conselho das Cidades. **Parecer de indeferimento Atakarejo**. 2021. Disponível em <<https://vozdabahia.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Parecer-CONCIDADE.pdf> 2021> Acesso em: 10 Mar. 2021.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Região e Organização espacial**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M.E.B (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **R. gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v.22, n.2, p.5-20, jul. 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. Bradesco compra Banco da Bahia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc23069918.html>> Acesso em 16 set. 2021.

GURAN, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: Notas e reflexões**. Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2012.

HARVEY. David. **A Justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 3ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HENRIQUE, Wendel. Dinâmicas urbanas e regionais em cidades médias após a instalação de universidades públicas. In: XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território. 2012, Belo Horizonte. **Anais do XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território**. Belo Horizonte, 2012, p. 01-16.

IBGE. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf> > Acesso em: 20 Jun. 2021.

_____. **IBGE CIDADES**. 2020. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-antonio-de-jesus/panorama> >. Acesso em: 14 Fev. 2021.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-antonio-de-jesus/pesquisa/38/4700>> Acesso em: 23 Jun. 2021.

_____. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso em: 22 Jun. 2021.

KOTKIN, Joel. **A Cidade: uma história global**. Tradução Rafael Mantovani. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LOJAS SANTO ANTÔNIO. [Site Institucional]. Disponível em: <http://www.lojasantoantonio.com/var/www/html/lojasantoantonio.com/web/index/empresa/id-233/a_historia>. Acesso em 16 set. 2021.

MARCONI, Marina Andrade de; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MOTA, Antônio Andrade. **A inserção dos condomínios fechados no espaço urbano de Santo Antônio de Jesus: apropriação da natureza, produção do espaço e legislação**. Salvador: UFBA, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) IGEO, UFBA, 2015.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. **Centralidade urbana e comércio informal: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO**. Presidente Prudente: UNESP, 2006. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. **Caminhos de Geografia**, v. 15, n. 52, 2014.

PASSOS, Ana Lucia Santos. **Santo Antônio de Jesus-Bahia: memórias e paisagens numa perspectiva geográfica**. Salvador: UFBA, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) IGEO, UFBA, 2010.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 143-158

_____. O shopping center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, S. M; FRUGÓLI, H. Jr. (Org.). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 15-43.

RIBEIRO, E. C. Os índios de Pedra Branca-Bahia (1825-1889): uma história de conflitos e resistência em defesa da terra indígena. **Cadernos de História**, v. 21, n. 35, p. 136, 17 dez. 2020.

Rolnik, Raquel e Klink, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2011, n. 89.

SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In. CARRERAS, Carles; PACHECO, Suzana Mara Miranda (Orgs). **Cidade e Comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS. **Plano Diretor Urbano (PDU)**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santo Antônio de Jesus– BA. Maio de 2002.

SANTOS, Janio. **A cidade poli(multi) nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

SANTOS, Hamilton Rodrigues do. **Sementes do tempo, colheitas da vida: cultura e trabalho de feirantes do Recôncavo Baiano – Santo Antônio de Jesus (1950-1970)**. Fortaleza: UFCE, 2018. 361f. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFCE, 2018.

SANTOS, Miguel Cerqueira. **O Dinamismo Urbano e suas implicações regionais: O exemplo de Santo Antônio de Jesus**. Salvador: EDUNEB, 2002.

SANTOS. Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, v. 7, n. 14, p. 49-59, 1992.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Editora Record; 2001.

SEI - Superintendência dos Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. **Sistema de Informações Municipais**. 2020. Disponível em: <<http://sim.sei.ba.gov.br/sim/index.wsp>> Acesso em 20 Jun, 2021.

_____. **Perfil socioeconômico do município de Santo Antônio de Jesus**. 2020. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2928703_NOTA.pdf> Acesso em: 25 Jun. 2020.

_____. **Perfil dos Territórios de Identidade** Salvador: SEI, 2016. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=> Acesso em: 14 jun. 2021.

SESAB – SECRETÁRIA DE SAÚDE DA BAHIA. Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, 2020. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/hospital/hospital-regional-de-sto-antonio-de-jesus/>> Acesso em: 12 out. 2020.

_____. Policlínica Regional de Santo Antônio de Jesus, 2020. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/municipios-e-regionalizacao/policlinicareconvale/> Acesso em: 12 out. 2020.

SEPLAN – SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO. **Territórios de Identidade**, 2020. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>> Acesso em: 10 set. 2021.

SHOPPING ITAGUARI. [Site Institucional]. Disponível em: <<https://www.itaguari.com.br/>>. Acesso em 02 jul. 2021.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 57, 2017.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**, Bertrand, Rio de Janeiro. 2013.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO. Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**. São Paulo: EDUNESP, 2004.

SPOSITO. Maria Encarnação Beltrão. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, Eliseu Savério; NETO, João Lima Sant'Anna. (Org.). **Uma Geografia em Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-228.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intraurbana. In.: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: PPGG/FCT/UNESP/GAsPERR, 2001

_____. Cidades médias: reestruturação da cidade e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 3, n. 04, p. 27-37, 1998.

_____. A urbanização da sociedade. Reflexões para um debate sobre as formas espaciais. In: DAMIANI, A. L. *et. al*(Orgs.) **O espaço no fim do século: A nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

_____. Estruturação urbana e centralidade. *In*: III Encontro de Geógrafos da América Latina. 1991, Toluca – México. **Anais do III Encontro de Geógrafos da América Latina**, Toluca, 1991.

_____. SPOSITO, Eliseu Savério. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **GEOUSP** – Espaço e Tempo, v. 21, n. 2, p.462-479, ago. 2017

TOMASONI, Sônia Marise Rodrigues Pereira. **Dinâmica socioespacial da produção de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus-BA: território fogueteiro**. São Cristóvão: UFS, 2015. 188 f. Tese (Doutorado em Geografia) – PPEGEO, UFS, 2015.

VALENTE, Leo. Empresa Dal Ponte declara falência em Santo Antônio de Jesus. **Blog do Valente**, Santo Antônio de Jesus, 15 mai. 2013. Disponível em: <<https://blogdovalente.com.br/sem-categoria/2013/05/empresa-dal-ponte-declara-falencia-em-santo-antonio-de-jesus/>>. Acesso em 30 out. 2021.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC, 2001.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WHITACKER, Arthur Magon. **A produção do espaço urbano em Presidente Prudente: expansão/desdobramento da área central**. Presidente Prudente: UNESP, 1991. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 1991.